

# Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA  
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA  
DE CARVALHO MOURA  
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 18/06/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Procurador do Município de São Paulo**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de anulação, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 64, 87, 95 e 97.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Procurador do Município de São Paulo**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/049ef2b3-c669-4cfb-9363-8ab9e6567bde>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/6136793e-4e54-48c6-81a7-20b0cec2f8b7>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - Procurador do Município de São Paulo \(estrategia.com\)](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



# PROVA COMENTADA – PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**QUESTÃO 01. Quanto ao conceito, à classificação e à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.**

- a) Uma norma materialmente constitucional pode ser não escrita.
- b) O fato de uma norma constitucional atribuir certo poder geral a um órgão não pressupõe que ela haja atribuído outros poderes necessários à realização daquele.
- c) As normas constitucionais caracterizam-se por não terem exequibilidade imediata.
- d) Na interpretação das normas constitucionais originárias, deve-se considerar a hierarquia entre as normas materialmente constitucionais e as formalmente constitucionais.
- e) O intérprete da Constituição deve privilegiar o método gramatical ou literal, a fim de evitar interpretações contraditórias do texto constitucional.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Uma norma materialmente constitucional é definida por seu conteúdo tipicamente constitucional, e não por sua forma. Assim, é possível que haja normas materialmente constitucionais em constituições não escritas.

A alternativa B está incorreta. Em verdade, de acordo com a teoria dos poderes implícitos, os poderes necessários à realização do poder geral atribuído por uma norma constitucional são considerados implicitamente atribuídos por esta mesma norma.

A alternativa C está incorreta. De acordo com os princípios da supremacia da constituição e da força normativa da constituição, as normas constitucionais devem ser entendidas como se aplicabilidade imediata.

A alternativa D está incorreta. Não há hierarquia entre as normas constitucionais, vigorando o princípio da unidade da Constituição.

A alternativa E está incorreta. Atualmente se busca, muito além de interpretar a Constituição, concretizar as normas constitucionais. Assim, tem-se predileção por métodos mais modernos - como o método tópicoproblemático, ou o método hermenêutico-concretizador – em oposição aos métodos clássicos, como o gramatical.

**QUESTÃO 02. Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.**

- a) Na avaliação dos direitos fundamentais, apenas aqueles positivados no texto constitucional têm aplicabilidade.
- b) A doutrina constitucional contemporânea não mais admite a existência de normas programáticas.
- c) A finalidade da norma encontrada no processo interpretativo não é necessariamente a desejada pelos que elaboraram a norma.
- d) Normas constitucionais que dependam de regulamentação não possuem eficácia por si mesmas.
- e) As normas constitucionais de eficácia plena não admitem regulamentação infraconstitucional.



## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 5º, § 2º, CF: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

A alternativa B está incorreta. Apesar de vigorar o princípio da força normativa da Constituição - reforçando a ideia da aplicabilidade imediata das normas constitucionais - ainda existem normas constitucionais consideradas programáticas, destinadas a orientar a conduta do estado na busca pela concretização dos direitos constitucionais.

A alternativa C está correta. Isso porque a interpretação do texto constitucional deve evoluir considerando as mudanças da sociedade. Fala-se que o direito é vivo, não estático. Assim, é possível que a interpretação atual de determinado dispositivo normativo se distancie do desejado pelo legislador originário.

A alternativa D está incorreta. Não há norma constitucional desprovida de qualquer eficácia. As normas de eficácia limitada dependem de regulamentação apenas para atingir sua eficácia plena, mas já geram efeitos por si só.

A alternativa E está incorreta. As normas de eficácia plena não necessitam de complementação para que seja aplicada de forma imediata. Todavia, considerando que as normas constitucionais trazem – em regra - previsões gerais, é possível que haja regulamentação infraconstitucional trazendo especificidades.

## QUESTÃO 03. A respeito da autonomia municipal, julgue os itens seguintes.

**I A Constituição Federal de 1946 foi a primeira que assegurou autonomia aos municípios e os reconheceu como entes da Federação.**

**II Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), os municípios detêm independência absoluta frente a ingerências dos respectivos estados.**

**III Não obstante a autonomia municipal e sua capacidade de legislar, a lei orgânica municipal deve observar preceitos da CF, como o mandato quadriênal para os prefeitos.**

**IV O compartilhamento de determinadas competências entre os entes da Federação é sinal do federalismo cooperativo adotado pela CF.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas os itens I e II estão certos.**
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.**
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I está incorreto. A primeira Constituição a trazer autonomia aos entes municipais foi a Constituição Republicana de 1891.

O item II está incorreto. A autonomia municipal não é absoluta. O art. 35 da CF, ao prever a intervenção estadual nos municípios, traz um exemplo de limitação desta autonomia.



O item III está correto. A lei orgânica do município está subordinada tanto à Constituição federal, quanto à Constituição Estadual. A previsão de mandato quadrienal para os prefeitos é um exemplo de norma de reprodução obrigatória pelos municípios.

O item IV está correto. A alternativa traz uma característica fundamental do federalismo cooperativo, adotado na CF/88.

**QUESTÃO 04. Assinale a opção correta referente à advocacia pública.**

- a) A advocacia pública deve, invariavelmente, atuar na defesa dos interesses das autoridades dos órgãos e das entidades cujo patrocínio lhe compete.**
- b) Ao atuarem como consultores, os advogados públicos exercem função totalmente equivalente à dos advogados particulares das partes nos processos judiciais.**
- c) O advogado público deve defender, em juízo, a posição da administração pública até a última instância, ainda que perceba ser tal posição contrária à lei.**
- d) Em regra, os advogados públicos são advogados contratados pelos gestores públicos para a defesa de seus interesses em juízo.**
- e) A advocacia pública exerce, em alguma medida, papel de controle da administração pública quanto à legalidade dos atos desta.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A advocacia pública atua na defesa dos entes público, buscando promover o interesse público. Assim, não cabe aos advogados públicos a defesa dos direitos das autoridades dos órgãos quando estes confrontarem o interesse público.

A alternativa B está incorreta. A função de consultor se resume a explicar e orientar ao gestor público quanto às normas. Assim, não é totalmente equivalente à função do advogado particular, que realiza a defesa judicial da autoridade.

A alternativa C está incorreta. O advogado público não necessita defender posição manifestamente contrária à lei.

A alternativa D está incorreta. Em regra, os advogados públicos são admitidos mediante concurso público para a defesa do ente público.

A alternativa E está correta. Tal controle é exercido através de pareceres e orientações aos gestores públicos quanto à legalidade dos atos públicos.

**QUESTÃO 05. A ação declaratória de constitucionalidade (ADC)**

- a) Gera efeito vinculante, mas no erga omnes, no acórdão que a julga.**
- b) Não admite, por sua natureza, a concessão de medida liminar.**
- c) Não pode, em regra, ser ajuizada, de forma válida, após a imediata promulgação de uma lei para o fim de obter declaração antecipada de sua constitucionalidade.**
- d) Não exige o atendimento da pertinência temática pelos legitimados a promovê-la.**
- e) Exige quórum de julgamento de mérito inferior ao da ação direta de inconstitucionalidade (ADI).**



## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O efeito da ADC é vinculante e erga omnes e, em regra, *ex tunc* (art. 28, p. u., Lei nº 9.868/99)

A alternativa B está incorreta. Apesar de a o art. 21 da Lei nº 9.868/99 utilizar o termo “medida cautelar”, tecnicamente tem-se a previsão de medida liminar no bojo da ADC.

A alternativa C está correta. Isso porque as leis são presumidamente constitucionais. Assim, para que seja cabível a ADC, é necessário a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória, segundo art. 14, III, da Lei nº 9.868/99.

A alternativa D está incorreta. Alguns legitimados, como confederações sindicais, necessitam comprovar a pertinência temática.

A alternativa D está incorreta. O quórum exigido na ADC é o mesmo da ADI, necessitando da formação da maioria absoluta para o julgamento do mérito.

## QUESTÃO 06. Acerca da intervenção estadual nos municípios, assinale a opção correta.

**a) A lista das hipóteses de intervenção de estado em município previstas na CF deve ser interpretada como enumeração de caráter exemplificativo.**

**b) A intervenção de Estado-membro em município pode ser decretada apenas pelo governador e pode dar-se por iniciativa dele ou por provocação.**

**c) O procurador-geral de justiça, a mesa da assembleia legislativa e o conselho seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) são legitimados a propor ação interventiva no tribunal de justiça estadual para que este requirite ao governador intervenção em município.**

**d) Se o ato de intervenção de estado em município afastar o prefeito, deverão ocorrer, ao término da intervenção, novas eleições para a chefia do Poder Executivo municipal.**

**e) Caso decreta intervenção em município, o governador de estado deverá submeter tal decreto à assembleia legislativa, no prazo de até trinta dias.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Em verdade, o rol do art. 35 da CF é taxativo, considerando que a regra é a autonomia dos municípios. De acordo com o STF: “É inconstitucional — por violação aos princípios da simetria e da autonomia dos entes federados — norma de Constituição estadual que prevê hipótese de intervenção do estado no município fora das que são taxativamente elencadas no artigo 35 da Constituição Federal.” (ADI 6619/RO)

A alternativa B está correta. É o que prevê o art. 36 da Constituição Federal: “Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário; II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral; III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. A alternativa C está incorreta. A ação interventiva somente pode ser proposta pelo Procurador-Geral da República no âmbito federal, e pelo Procurador-Geral de Justiça no âmbito estadual (art. 36, III, CF).”



A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 36, §4º, CF: “Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.”

A alternativa E está incorreta. O decreto interventivo deve ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de vinte e quatro horas, conforme o parágrafo 1º do art. 36 da CF: “O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.”

**QUESTÃO 07. No que se refere às súmulas vinculantes e à sua disciplina na CF e Lei n.º 11.417/2006, assinale a opção correta.**

**a) À luz da Lei n.º 11.417/2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) não pode editar súmula vinculante após julgamento de um único processo sobre determinada matéria constitucional.**

**b) Uma vez aprovado enunciado de súmula vinculante, não há possibilidade legal de modulação de seus efeitos.**

**c) Com a adoção das súmulas vinculantes por meio da Emenda Constitucional n.º 45/2004, o direito brasileiro perdeu a natureza de sistema de *civil law*.**

**d) Além do defensor público-geral da União, os demais legitimados para propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante restringem-se aos mesmos legitimados para a propositura de ADI.**

**e) Por possuir natureza não jurisdicional, o procedimento para edição de súmula vinculante não admite a figura do *amicus curiae*.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 103-A da CF, a edição de súmula vinculante deve se dar após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, quando houver controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 4º da Lei nº 11.417/2006, o STF pode modular os efeitos da súmula vinculante, por decisão de 2/3 dos seus membros.

A alternativa C está incorreta. A súmula vinculante, apesar de sua importância no ordenamento jurídico brasileiro, não substitui as leis. Assim, o sistema *civil law* permanece sendo o utilizado no Brasil.

A alternativa D está incorreta. O rol de legitimados para propor súmula vinculante é mais extenso, contando com os tribunais superiores, tribunais de 2º grau, dentre outros (art. 3º da Lei nº 11.417/2006).

A alternativa E está incorreta. O art. 3º, § 2º da Lei nº 11.417/2006 prevê expressamente a possibilidade de participação de *amicus curiae*: “No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecurável, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”.

**QUESTÃO 08. Considerando o que dispõe a CF acerca da política urbana, julgue os itens a seguir.**

**I O principal instrumento que orienta a política urbana é o plano diretor, cuja aprovação pela câmara municipal é decisão discricionária dos municípios.**



**II Qualquer pessoa que possuir como sua área urbana de até 250 m<sup>2</sup>, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, e que a utilize para sua moradia ou de sua família pode adquirir-lhe a posse por meio de usucapião.**

**III Para melhor execução da política de incentivo à função social da propriedade, imóveis públicos podem ser adquiridos por meio da usucapião urbana de prazo quinquenal.**

**IV O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) não tem apenas função fiscal, mas também parafiscal, de modo que pode ser usado como instrumento da política urbana.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item IV está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas os itens II e IV estão certos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto. De acordo com o art. 182, § 1º, CF, o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes: “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

O item II está incorreto. O art. 183 da CF exige ainda que a pessoa não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural: “Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.”

O item III está incorreto. O art. 183, § 3º, CF veda a usucapião de imóveis públicos: “Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.”

O item IV está correto. O IPTU é utilizado como penalidade e incentivo ao adequado aproveitamento do solo, nos termos do art. 182, § 4º, CF: “É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.”

#### **QUESTÃO 09. Assinale a opção correta conforme a Lei Orgânica do Município de São Paulo**

- a) O município de São Paulo deve instituir programas para enviar à localidade origem os migrantes sem emprego que nele se encontrem.
- b) Todas as proposições de natureza normativa aprovadas pela Câmara Municipal de São Paulo dependem de sanção do Poder Executivo municipal, representado pelo prefeito.
- c) Além da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, outros órgãos podem promover, mediante convênio, a inscrição e a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa municipal.



**d) Após a posse, o prefeito municipal de São Paulo somente pode fixar domicílio em outro município se autorizado pela Câmara Municipal de São Paulo.**

**e) São formas de exercício direto do poder pelo povo, no município, além do sufrágio universal, a iniciativa popular em projetos de lei, o plebiscito e o referendo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Inexiste amparo, na Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dê qualquer respaldo ao teor deste item. Ademais, tratar-se-ia de programa com objeto inconstitucional, na medida em que baseado em distinção odiosa entre brasileiros, com base em sua origem, em afronta ao disposto do art. 12, §2º, da CRFB.

A alternativa B está incorreta. Dentre as espécies normativas passíveis de aprovação pelo Parlamento municipal, inserem-se as resoluções e os decretos legislativos, os quais independem de sanção da Chefia do Executivo.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a competência para promover a inscrição e a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa pertence, privativamente, à Procuradoria Geral do Município, de modo que está equivocado aduzir que outros órgãos possam exercer tal competência, mediante convênios.

A alternativa D está incorreta. À luz do art. 59, II, “d”, da citada Lei Orgânica, é vedado ao Prefeito, desde a posse, fixar domicílio fora do município, sob pena de perda do mandato. Inexiste a suposta possibilidade de a Câmara Municipal assim autorizar.

A alternativa E está correta. Nos moldes do art. 5º, §1º, I a III, da mencionada Lei Orgânica de São Paulo, constituem, de fato, formas de exercício direto do poder pelo povo, além do sufrágio universal, a iniciativa popular em projetos de lei, o plebiscito e o referendo.

**QUESTÃO 10. No que diz respeito às atribuições dos municípios previstas na CF, assinale a opção correta.**

**a) Os municípios possuem apenas competências administrativas relacionadas ao interesse local.**

**b) A competência para prestar serviços de saúde pública é privativa dos municípios.**

**c) Devido ao princípio da prevalência do interesse, no campo da competência legislativa concorrente, a legislação municipal prevalece sobre a estadual e a federal.**

**d) O fato de a CF atribuir determinada matéria à competência legislativa da União não significa, necessariamente, que os municípios estejam impedidos de legislar sobre tal tema.**

**e) Os municípios não podem legislar sobre matéria ambiental.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 30, I, da CF, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

A alternativa B está incorreta. Cuidar da saúde pública é competência comum da União, estados e municípios, nos termos do art. 23, II, da CF.



A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 24 da CF, a competência concorrente para legislar se restringe à União e aos Estados, não havendo que se falar em competência concorrente dos municípios.

A alternativa D está correta. O art. 30, II, da CF, prevê a possibilidade de os municípios suplementarem as legislações federal e estadual.

A alternativa E está incorreta. Apesar de a competência para legislar sobre direito ambiental seja concorrente entre a União e os estados, é possível que o município legisle sobre meio ambiente suplementando lei federal e estadual.

**QUESTÃO 11. No que tange às competências municipais, assinale a opção correta.**

**a) É dos municípios a competência para legislar integralmente sobre os bens integrantes do patrimônio histórico nacional situados em seu território.**

**b) Os municípios possuem competências exclusivas, como é o caso da competência para instituir e arrecadar os tributos que lhes caibam, observadas as normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis.**

**c) A autonomia municipal no regime da Constituição Federal de 1988 (CF) limita-se à capacidade de aprovar a lei orgânica.**

**d) Devido à autonomia municipal, a proporcionalidade do número de vereadores em face da população é definida na lei orgânica.**

**e) Prefeitos municipais são julgados no âmbito do tribunal de justiça do estado em que se insere o município, por qualquer delito praticado no exercício da função.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. É o que dispõe o art. 30 da CF: “Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual; V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população; VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.”

A alternativa C está incorreta. Os municípios possuem autogestão e autoadministração, conforme se extrai do art. 30 da CF.

A alternativa D está incorreta. A proporcionalidade é definida pelo art. 29 da CF: “IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes; e) 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil)



habitantes; f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes; g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes; h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes; i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes; j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes; k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes; l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes; m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes; n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes; o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes; p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes; q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes; r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes; s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes; u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes; v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes; w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes.

A alternativa E está incorreta. Os prefeitos podem ainda ser julgados pelo TRE em casos de crime eleitoral ou pelo TRF em caso de crimes de competência da justiça federal.

**QUESTÃO 12. Relativamente à administração pública e ao regime dos servidores públicos, assinale a opção correta à luz do disposto na CF, do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do estabelecido na doutrina de referência:**

- a) Todos os cargos públicos providos mediante concurso são acessíveis aos brasileiros natos e naturalizados.
- b) A exigência constitucional de concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos restringe-se à primeira investidura dos indivíduos nos cargos e empregos.
- c) Apesar do princípio da periodicidade de revisão da remuneração dos servidores públicos, o Poder Judiciário não pode compelir o Executivo a propor lei para esse fim, e a omissão no envio desse projeto não gera direito a indenização.
- d) Há entendimento amplo da doutrina segundo o qual emendas constitucionais podem validamente suprimir direitos sociais dos servidores públicos.
- e) A proibição de acumular trabalhos públicos não se estende à administração pública indireta.

**Comentários**



A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não é verdade que todos os cargos públicos providos mediante concurso sejam acessíveis a brasileiros natos e naturalizados. O rol do art. 12, §3º, da CRFB, que trata de cargos privativos de brasileiros natos, contempla, por exemplo, a carreira diplomática, cujo ingresso se dá via concurso público.

A alternativa B está incorreta. Para qualquer novo cargo público efetivo que o servidor pretenda ocupar será necessário realizar novo concurso público, de modo que está errado afirmar que apenas a primeira investidura demandar aprovação em concurso.

A alternativa C está correta. O teor desta assertiva se mostra afinado com a tese de repercussão geral fixada pelo STF (RE 565.089, rel. p/ acórdão Ministro ROBERTO BARROSO), tendo sido explicitado que não há direito a indenização em caso de omissão no envio de projeto de revisão anual dos vencimentos dos servidores. Tampouco cabe ao Judiciário determinar que a Chefia do Executivo assim o faça. A este, no entanto, cumpre o dever de se manifestar de maneira fundamentada acerca do porquê de não propor a revisão.

A alternativa D está incorreta. Considerando que os direitos sociais constituem direitos fundamentais de segunda geração, encontram-se protegidos como cláusulas pétreas, o que atrai a vedação do art. 60, §4º, IV, de modo que não podem ser suprimidos, nem mesmo por emenda constitucional (proibição do retrocesso).

A alternativa E está incorreta. Por força do art. 37, XVII, da CRFB, vê-se que a proibição de acúmulo de cargos públicos estende-se, sim, a empregos e funções, inclusive no âmbito da administração indireta.

**QUESTÃO 13. No que diz respeito ao Poder Executivo, assinale a opção correta.**

**a) Há consenso na doutrina de que o Poder Executivo exerce funções bem delimitadas e distintas das dos demais poderes, devido à rígida e absoluta separação dos poderes na CF.**

**b) No regime de responsabilidade do Presidente da República, ele será suspenso de suas funções se a Câmara dos Deputados receber denúncia por infração penal comum.**

**c) Inclui-se entre as atribuições do Presidente da República propor ao Congresso Nacional a declaração de estado de defesa e de estado de sítio.**

**d) As atribuições constitucionais do presidente da República são indelegáveis.**

**e) Ao processo de responsabilização criminal comum e por crime de responsabilidade do presidente da República aplica-se o Código de Processo Penal apenas de forma subsidiária, quando for o caso.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A separação de poderes define as funções típicas de cada poder. Todavia, atipicamente, um poder pode exercer uma função que é típica de outro poder, em que isso afronte o princípio da separação de poderes.

A alternativa B está incorreta. A competência para julgar o Presidente da República é do STF (art. 102, I, b, CF). Assim, a Câmara dos Deputados apenas autoriza a denúncia. O recebimento – e consequente afastamento do PR – é feito pelo próprio STF.

A alternativa C está incorreta. O Presidente da República decreta o estado de defesa, submetendo o decreto posteriormente ao Congresso Nacional, nos termos do art. 136 da CF: “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.”. Diferentemente, no caso do estado de sítio, o PR solicita ao CN a autorização para decretá-lo,



conforme art. 137 da CF: “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com o parágrafo único do art. 84 da CF, algumas atribuições do Presidente da República podem ser delegadas a os Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

A alternativa E está correta. Isso porque a Constituição Federal traz regras próprias à responsabilização do PR, em seus artigos 85 e 86: “Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento. Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. § 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal. § 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo. § 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão. § 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.” Ademais, quanto aos crimes de responsabilidade, há lei específica que regulamenta o assunto (Lei nº 1.079/50).

**QUESTÃO 14. No que se refere à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta.**

**a) O princípio de subsidiariedade torna inadmissível a ADPF quando houver qualquer via processual, de caráter difuso ou concentrado, hábil a levar ao Poder Judiciário determinado contencioso constitucional.**

**b) A ADPF desempenha importante papel no controle concentrado de constitucionalidade, por permitir levar ao STF contenciosos constitucionais pertinentes ao direito pré-constitucional e ao direito municipal.**

**c) Os preceitos fundamentais passíveis de controle por meio de ADPF são precisamente aqueles elencados no art. 5.º da CF e as cláusulas pétreas.**

**d) Analogamente ao que se exige para admissão de ação declaratória de constitucionalidade, em ADPF o autor precisa demonstrar controvérsia judicial relevante acerca do tema constitucional.**

**e) No caso de ADPF em que se questione ato jurídico federal em face da CF, a legitimidade passiva para responder à ação será necessariamente do Congresso Nacional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa A está incorreta. O art. 4º, §1º da Lei nº 9.882/99 afirma que não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. Assim, tem-se que o princípio da subsidiariedade se refere apenas aos meios abstratos de controle de constitucionalidade.

A alternativa B está correta. É o que dispõe o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.882/99: “Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.”

A alternativa C está incorreta. O conceito de preceito fundamental é mais amplo, referindo-se a princípios e normas fundamentais ao ordenamento jurídico, explícita ou implicitamente previstos na Constituição Federal. Não se resumem, assim, aos direitos previstos no art. 5º e às cláusulas pétreas.

A alternativa D está incorreta. Conforme se extrai do art. 1º da Lei nº 9.882/99, a existência de controvérsia não é requisito indispensável à propositura da ADPF. Mesmo que não haja controvérsia, a ADPF é cabível quando existir lesão ou perigo de lesão a preceito fundamental.

A alternativa E está incorreta. A legitimidade passiva da ADPF é definida pela autoria do ato a ser questionado. Assim, é possível que haja ato jurídico federal praticado por outro ente federal que não o Congresso Nacional.

**QUESTÃO 15. No que concerne aos princípios gerais da tributação e aos impostos, julgue os itens que se seguem.**

**I A repartição de receitas tributárias implica deslocamento da competência para instituir e arrecadar os impostos a serem repartidos.**

**II Em matérias de instituição de impostos, a competência residual é da União.**

**III Se uma pessoa jurídica de direito público interno detiver competência para prestar determinado serviço específico e divisível aos contribuintes, ela, em princípio, poderá instituir taxa correspondente, observando o regramento constitucional.**

**IV O princípio da estrita legalidade aplica-se a todos os impostos, no que diz respeito à definição de hipóteses de incidência, alíquotas e bases de cálculo.**

**Estão corretos apenas os itens**

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) I, III e IV

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa “c” está correta, com base nos seguintes fundamentos.

A assertiva I está incorreta, conforme arts. 157 a 162 da CF/88, a repartição é feita por meio de repasse, cabendo ao ente que instituiu e cobrou (ente maior), entregar ao beneficiário (ente menor), o percentual devido, sem qualquer implicação de deslocamento da competência para tais fins.



A assertiva II está correta, conforme art. 154, I da CF/88, é de competência da União a instituição de impostos não previstos no art. 153.

A assertiva III está correta, conforme arts. 77 e 80 do CTN, que apresentam a competência comum dos entes para criação e cobrança das taxas, no âmbito de suas respectivas atribuições.

A assertiva IV está incorreta, vez que a própria CF/88 apresenta exceções ao princípio da estrita legalidade, bastando verificar o art. 153, §1º que permite ao “Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.”

**QUESTÃO 16. Determinados órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional do município de São Paulo pretendem celebrar contrato administrativo nos seguintes termos: o órgão A, para prestação de serviço em que, por suas características, sejam necessárias contratações permanentes, o órgão B, para realização de obra de engenharia em que, por suas características, haja necessidade de contratações frequentes e o projeto seja padronizado, sem complexidade técnica e operacional; o órgão C, para aquisição de bem previamente definido quantitativamente pela administração; e o órgão D, para locação de bens para atendimento a programas de governo.**

**Nessa situação hipotética, nos termos do Decreto n.º 62.100/2022, poderá ser adotado o sistema de registro de preços no contrato administrativo a ser celebrado por**

a) A, B e C, somente.

b) todos os órgãos citados.

c) A, B e D, somente.

d) B, C e D, somente.

e) A, C e D, somente.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão em análise demanda identificação dos contratos administrativos que admitiriam a adoção do sistema de registro de preços.

Quanto ao contrato do Órgão “A”, seria possível o uso do SRP, por se tratar de serviços cujas características exigiriam contratações frequentes, o que encontra fundamento explícito no art. 89, I, do Decreto 62.100/2022, do município de São Paulo.

Quanto ao contrato do Órgão “B”, também seria viável o manejo do SRP, com amparo no art. 89, II, do citado Decreto municipal, por se tratar de obra de engenharia cujas características demandam contratações frequentes, sendo que o projeto seria padronizado, sem complexidade técnica e operacional.

Quanto ao contrato do Órgão “C”, não legitimaria a utilização do SRP, por contrariar o disposto no art. 89, VI, do aludido Decreto, eis que a hipótese seria de aquisição de bem com quantitativo previamente definido, sendo que o SRP tem lugar em situação oposta, ou seja, quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser adquirido.

Quanto ao contrato do Órgão “D”, seria viável o uso do SRP, tratando-se de contrato de locação de bens para atendimento a programas de governo, objeto este devidamente amparado na hipótese do art. 89, V, da referido Decreto 62.100/2022, do município de São Paulo.



**QUESTÃO 17. A Lei 8.666/93 e a Lei 13.019/2014 dispensam, respectivamente, a licitação e a realização do chamamento público na hipótese de**

- a) celebração de contrato de programa com ente da Federação.**
- b) intervenção da União no domínio econômico.**
- c) guerra ou grave perturbação da ordem.**
- d) comprometimento da segurança nacional.**
- e) contratação com instituições de ensino, pesquisa e extensão.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A Lei 13.019/2014, em seu art. 30, não elenca, dentre os casos de dispensa do chamamento público, a celebração de contrato de programa com ente da Federação.

A alternativa B está incorreta. Novamente, a citada Lei 13.019/2014, no mesmo art. 30, não traz como hipótese de dispensa do chamamento público, a intervenção da União no domínio econômico.

A alternativa C está correta. Realmente, a Lei 8.666/93 indica, em seu art. 24, III, como hipótese legitimadora de licitação dispensável, a guerra ou a grave perturbação da ordem. Esta mesma justificativa também consta do art. 30, II, da Lei 13.019/2014, autorizando a dispensa de chamamento público.

A alternativa D está incorreta. O comprometimento da segurança nacional não vem previsto como causa que legitime a dispensa do chamamento público, a teor do rol do art. 30 da Lei 13.019/2014.

A alternativa E está incorreta. Não há base na Lei 13.019/2014 que possibilite a dispensa de chamamento público no caso de contratação de instituições de ensino, pesquisa e extensão.

**QUESTÃO 18. O município de São Paulo pretende celebrar dois protocolos de intenções para consórcios públicos, sendo um com o município de Campinas e o outro com o estado de São Paulo.**

**Nessa situação hipotética, nos termos da Lei 11.107/2005, os referidos contratos de consórcio público serão celebrados com a ratificação do protocolo de intenções mediante,**

- a) decreto, e a área de atuação de ambos os consórcios será a área territorial do município de São Paulo.**
- b) decreto, e a área de atuação do consórcio público com o estado de São Paulo será a área territorial do município de São Paulo.**
- c) portaria administrativa, e a área de atuação de ambos os consórcios será a área territorial do município de São Paulo.**
- d) lei, e a área de atuação de ambos os consórcios será a área territorial do município de São Paulo.**
- e) lei, e a área de atuação do consórcio público com o estado de São Paulo será a área territorial do município de São Paulo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A, B e C estão incorretas. Isto porque afrontam o disposto no art. 5º da Lei 11.107/2005, que estabelece que o instrumento adequado para ratificação do protocolo de intenções, em ordem à celebração de consórcio público, é a lei, e não decreto ou portaria administrativa.



A alternativa D está incorreta. Em relação ao consórcio com o município de Campinas, a área de atuação deveria corresponder à soma dos territórios dos municípios de São Paulo e de Campinas, por força do art. 4º, §1º, I, da Lei 11.107/2005. Equivocado, pois, aduzir que ambos os consórcios teriam área de atuação correspondente ao município de São Paulo, tão somente.

A alternativa E está correta. Aplicando-se a mesma norma do art. 4º, §1º, I, da Lei 11.107/2005, conclui-se que o consórcio com o estado de São Paulo teria como área de atuação a área territorial do município de São Paulo.

**QUESTÃO 19. Conforme a Lei 13.303/2016, a atribuição de implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública ou a sociedade de economia mista compete**

- a) ao acionista controlador.
- b) ao conselho de administração.
- c) ao conselho fiscal.
- d) à diretoria.
- e) ao comitê de auditoria estatutário.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o art. 18, II, da Lei 13.303/2016 (Estatuto da Empresas Estatais), a competência para implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública ou a sociedade de economia mista, foi atribuída ao Conselho de Administração.

A identificação do item correto, neste caso, elimina, por si só, as demais alternativas, porquanto citaram outros órgãos supostamente competentes, destoando da norma acima indicada. Assim sendo, estão incorretas.

**QUESTÃO 20. Após regular processo licitatório, determinado órgão público celebrou três contratos administrativos (A, B e C), regidos pela Lei 8.666/1993. Posteriormente, ocorreram as seguintes situações:**

- I modificação do projeto do contrato A, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;**
- II necessidade de modificação do valor do contrato B, em decorrência de diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei; e**
- III conveniência em substituir a garantia de execução do contrato C.**

**Nessa situação hipotética, à luz da Lei 8.666/1993, a administração pública, com as devidas justificativas, poderá alterar**

- a) os três contratos unilateralmente.
- b) os três contratos somente por acordo entre as partes.
- c) unilateralmente somente os contratos B e C.
- d) unilateralmente somente o contrato A.
- e) unilateralmente somente os contratos A e B.



## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I retrata hipótese legítima de alteração unilateral do contrato administrativo, para fins de melhor adequação técnica a seus objetivos, o que tem esteio no art. 65, I, “a”, da Lei 8.666/93.

O item II também representa outro caso legitimador de alteração unilateral do contrato, pela Administração, com vistas à redução do valor contratual, por força de diminuição quantitativa do objeto, na forma do art. 65, I, “b”, da Lei 8.666/93.

O item III, por sua vez, traz hipótese de modificação do contrato por acordo das partes, quando se mostrar conveniente a substituição da garantia de execução, o que encontra embasamento explícito no art. 65, II, “a”, da Lei 8.666/93.

Fixadas estas premissas, tem-se que apenas a letra E exhibe a alternativa correta, ao aduzir que somente nos contratos A e B a administração poderia alterar unilateralmente os contratos.

## **QUESTÃO 21. Assinale a opção correta com base no disposto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).**

**a) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica são atos de competência exclusiva da Controladoria-Geral da União.**

**b) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão composta, no mínimo, um membro do Ministério Público e um membro do Poder Judiciário.**

**c) A aplicação da sanção de multa na esfera administrativa reduz pela metade o valor atrelado à obrigação de reparar o dano causado.**

**d) O processo administrativo previsto nessa lei é incompatível com a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, ainda que haja provas de que a pessoa jurídica tenha sido usada para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na lei ou para provocar confusão patrimonial.**

**e) A responsabilidade da pessoa jurídica se mantém na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, à luz do art. 8º, *caput*, da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a competência para instauração e julgamento de processo administrativo visando à apuração de responsabilidade de pessoa jurídica é atribuída à autoridade máxima de cada órgão ou entidade, razão por que está errado sustentar que seria exclusiva da CGU.

A alternativa B está incorreta. A rigor, o que a lei de regência estabelece, em seu art. 10, *caput*, é que a comissão seja composta por dois ou mais servidores estáveis, de modo que não há previsão no sentido de que haja necessidade da presença de membro do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

A alternativa C está incorreta. Na realidade, consoante art. 6º, §3º, da Lei Anticorrupção, a aplicação das sanções administrativas, dentre as quais a de multa, não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação de reparação integral do dano, razão por que é equivocado aduzir que o valor da reparação poderia ser reduzido pela metade.

A alternativa D está incorreta. Conforme se depreende do art. 14 da Lei Anticorrupção, é de se concluir que a lei admite, sim, a desconsideração da personalidade jurídica, acaso tenha sido usada para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de ilícitos versados neste mesmo diploma legal.



A alternativa E está correta. Trata-se de proposição ajustada à norma do art. 4º, *caput*, da Lei Anticorrupção, razão por que não há equívocos neste item.

**QUESTÃO 22. A respeito dos acordos de leniência previstos na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens a seguir.**

**I o acordo de leniência poderá ser celebrado com as pessoas jurídicas que efetivamente colaborarem com a apuração dos atos lesivos previstos nessa lei por meio da identificação dos demais envolvidos na infração, se houver, e da entrega de informações e documentos que comprovem o ilícito.**

**II A celebração do acordo de leniência eximirá a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.**

**III Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que todas firmem o acordo em conjunto e desde que sejam respeitadas as condições nele estabelecidas.**

**IV O objeto do acordo de leniência é limitado aos atos lesivos previstos nessa lei, não podendo abranger os ilícitos previstos na Lei de Licitações e Contratos, a exemplo da inexecução total ou parcial do contrato.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto. Trata-se de proposição devidamente amparada no que dispõe o art. 16, I e II, da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da leitura do qual depreende-se que, realmente, é possível a celebração de acordo de leniência com pessoas jurídicas, sendo condições para tanto a colaboração efetiva na apuração dos fatos, devendo daí resultar a identificação de outros envolvidos, caso haja, assim como a obtenção célere de informações e documentos comprobatórios do ilícito.

O item II está incorreto. Cuida-se de afirmativa que dispõe contra texto expresso de lei, mais precisamente contra o teor do art. 16, §3º, da Lei Anticorrupção, em vista do qual o acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da reparação integral do dano causado.

O item III está correto. A presente assertiva se mostra em perfeita sintonia com a norma do art. 16, §5º, da Lei Anticorrupção, razão por que não há incorreções a serem anotadas.

O item IV está incorreto. À luz do que estabelece o art. 17 da Lei Anticorrupção, o acordo de leniência pode, sim, versar sobre ilícitos contidos na Lei 8.666/93, o que revela o desacerto deste item.

**QUESTÃO 23. Assinale a opção correta no que tange à responsabilização judicial das pessoas jurídicas, com base na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).**



- a) **A responsabilização administrativa da pessoa jurídica com base nessa lei impede a sua responsabilização judicial.**
- b) **Nas ações de responsabilização judicial da pessoa jurídica, será adotado o rito do mandado de segurança.**
- c) **A ação para responsabilização judicial das pessoas jurídicas com base nessa lei pode ser ajuizada pelas advocacias públicas ou órgãos de representação judicial da União, dos estados, do DF e dos municípios.**
- d) **Na esfera judicial, podem ser aplicadas, entre outras, as sanções de dissolução compulsória da pessoa jurídica e de publicação extraordinária da decisão condenatória.**
- e) **O Ministério Público não tem legitimidade ativa para ajuizar ação contra pessoas jurídicas com base nessa lei.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Consoante art. 18 da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a responsabilidade da pessoa jurídica, apurada na esfera administrativa, não afasta a possibilidade de sua responsabilização na órbita judicial.

A alternativa B está incorreta. Em rigor, de acordo com o art. 21, *caput*, da Lei Anticorrupção, deve-se adotar o rito da Lei 7.347/85, isto é, Lei da Ação Civil Pública, e não o rito do mandado de segurança.

A alternativa C está correta. Cuida-se de afirmativa perfeitamente amparada na regra do art. 19, *caput*, da Lei Anticorrupção, a qual, de fato, confere às Advocacias Públicas ou aos órgãos de representação judicial, ou equivalentes, dos entes federativos, a possibilidade de ajuizamento de ação visando à aplicação das sanções ali elencadas.

A alternativa D está incorreta. A sanção de publicação extraordinária de decisão condenatória, na realidade, pode ser aplicada na seara administrativa, como reza o art. 6º, II, da Lei Anticorrupção, de modo que está equivocado afirmar que tal penalidade possa ser imposta na esfera judicial.

A alternativa E está incorreta. Conforme estabelecido no art. 19, *caput*, da Lei Anticorrupção, o Ministério Público tem legitimidade ativa, sim, para manejar a respectiva ação de responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública.

### **QUESTÃO 24. Julgue os itens a seguir, à luz do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.**

**I. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.**

**II. A autoridade administrativa poderá celebrar compromisso com os interessados, independentemente da oitiva do órgão jurídico para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público.**

**III. Na esfera judicial, é permitido decidir com base em valores jurídicos abstratos sem levar em conta as consequências práticas da decisão, mas não nas esferas controladora e administrativa.**

**IV. As autoridades públicas devem atuar para aumentar segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.**



**Estão certos apenas os itens**

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**, porque apenas os itens I e IV estão corretos.

O item I está correto, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB): “O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro”.

O item II está incorreto, nos termos do art. 26 da LINDB: “Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial”.

O item III está incorreto, nos termos do art. 20 da LINDB: “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.

O item IV está correto, nos termos do art. 30 da LINDB: “As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas”.

**QUESTÃO 25. Assinale a opção correta em relação à Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).**

- a) A LGPD é aplicável exclusivamente a pessoas jurídicas de direito privado.
- b) A LGPD se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- c) As normas gerais contidas na LGPD são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios.
- d) A LGPD veda a tutela coletiva de direitos e interesses dos titulares de dados.
- e) A Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) tem competência exclusiva para fiscalizar e aplicar sanções em caso de violação à LGPD, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709): “Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa



jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 4º, III, a, b, c e d, da Lei nº 13.709: “Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: II - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública; b) defesa nacional; c) segurança do Estado; ou d) atividades de investigação e repressão de infrações penais.”

A alternativa C está correta, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.709: “As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 22 da Lei nº 13.709: “A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 55-J, IV, da Lei nº 13.709: “Compete à ANPD: V - fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso;”.

**QUESTÃO 26. Assinale a opção correta em relação à Lei 14.230/2021, que trata da improbidade administrativa.**

**a) O novo regime prescricional previsto nessa lei alcança a eficácia dos atos validamente praticados antes da alteração legislativa.**

**b) A supressão da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa instituiu a possibilidade de responsabilização objetiva por ato de improbidade.**

**c) A modalidade culposa do ato de improbidade administrativa revogada por essa lei deve ser aplicada retroativamente, com base no princípio da retroatividade da lei penal em benefício do réu.**

**d) A reforma da Lei de Improbidade Administrativa promovida por essa lei abre oportunidade de revisão das condenações transitadas em julgada.**

**e) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.**

**Comentários:**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, o STF, em repercussão geral (ARE 843.989, rel. Ministro ALEXANDRE DE MORAES), fixou tese na linha da irretroatividade do novo regime prescricional estabelecido na Lei de Improbidade Administrativa, de acordo com a Lei 14.230/2021.

A alternativa B está incorreta. Tendo em vista que a Lei 8.429/92, com alterações trazidas pela Lei 14.230/2021, passou a exigir dolo para a prática de todos os atos de improbidade, conclui-se pelo evidente equívoco de se aduzir como aplicável a responsabilidade objetiva, a qual independe de dolo ou culpa.

A alternativa C está incorreta. Em verdade, o STF, no mesmo precedente acima mencionado, fixou tese na linha de que a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa não retroage, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes. Também restou pontuada a inaplicabilidade automática do princípio da retroatividade da lei penal aos atos de improbidade administrativa.

A alternativa D está incorreta. A rigor, o Supremo foi explícito ao rejeitar a retroatividade das novas disposições legais para fins de atingir decisão já transitada em julgada.



A alternativa E está correta. Realmente, o STF possui entendimento firmado (RE 852.475, rel. p/ acórdão Ministro EDSON FACHIN), em repercussão geral, na linha da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário, derivada de atos de improbidade administrativa cometidos mediante dolo.

**QUESTÃO 27. Julgue os itens a seguir, relativos à Lei 14.230/2021.**

**I O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para ajuizar ação de improbidade administrativa.**

**II O Ministério Público tem legitimidade ativa concorrente e disjuntiva com as pessoas jurídicas interessadas para celebrar acordo de não persecução civil.**

**III Presidentes de conselhos profissionais não são agentes públicos e, portanto, carecem de legitimidade passiva para responder por atos de improbidade administrativa.**

**IV. As sanções previstas nessa lei não se aplicarão à pessoa jurídica se o ato de improbidade administrativa for também sancionado como ato lesivo à administração pública nos termos da Lei Anticorrupção.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens II e IV estão certos.**
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.**
- e) Apenas os itens I, III e IV estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está incorreto. Apesar de a Lei 14.230/2021 ter inserido modificação no sentido da presente proposição, o STF, no âmbito das ADI's 7042 e 7043, pronunciou a inconstitucionalidade dos dispositivos que pretenderam instituir a legitimidade ativa exclusiva do Ministério Público para a propositura da ação de improbidade administrativa.

O item II está correto. Nos mesmos precedentes acima indicados, o STF reconheceu a legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas, de modo que não há incorreções neste item, por refletir tal compreensão jurisprudencial.

O item III está incorreto. Considerando o conceito amplo de agentes públicos, previsto no art. 2º da Lei 8.429/92, associado à natureza autárquica dos Conselhos de Fiscalização Profissional, seus dirigentes devem ser tidos como agentes públicos e, portanto, estão submetidos aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa.

O item IV está correto. Trata-se de afirmativa que encontra respaldo legal explícito na regra do art. 3º, §2º, da Lei 8.429/92, inserido pela Lei 14.230/2021. De fato, à luz da citada norma, as sanções ali contidas não se aplicam à pessoa jurídica, acaso o mesmo ato seja previsto e sancionado nos moldes da Lei Anticorrupção.

**QUESTÃO 28. Acerca de concessões públicas, assinale a opção correta.**

**a) A prorrogação de concessão de serviço público em razão de reequilíbrio econômico-financeiro independe de previsão no contrato de concessão.**



**b) A concessão de serviço público é uma forma de delegação eminentemente precária, que pode ser desfeita discricionariamente a qualquer tempo durante o prazo da concessão por motivo de interesse público, sem gerar direito à indenização à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas contratado.**

**c) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária será condicionada à prévia anuência do poder concedente e à realização de licitação.**

**d) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.**

**e) A fiscalização exercida pelo órgão competente sobre a concessão isentará a concessionária da responsabilização civil pelos danos causados aos usuários ou a terceiros na execução do serviço.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 23, XII, da Lei 8.987/95, o contrato deve, sim, dispor sobre as condições para sua prorrogação. Ademais, o STJ já se manifestou acerca da necessidade de tal previsão contratual (REsp. 912.402, rel. Ministro MAURO CAMPBELL).

A alternativa B está incorreta. A precariedade não é característica da concessão de serviços públicos, mas, sim, da permissão de serviços públicos. Ademais, no caso da concessão, a extinção antecipada, por razões de interesse público (encampação), pressupõe lei autorizativa específica e indenização ao concessionário (Lei 8.987/95, art. 37).

A alternativa C está incorreta. A exigência de prévia licitação, na modalidade concorrência, é condição aplicável à subconcessão, na forma do art. 26, §1º, da Lei 8.987/95, o mesmo não se podendo afirmar quanto à transferência de controle acionário ou da concessão, versados no art. 27, *caput*, do mesmo diploma, e que exigem apenas a prévia anuência do poder concedente.

A alternativa D está correta. Trata-se de afirmativa que reproduz fielmente a norma do art. 10 da Lei 8.987/95, de sorte que não há incorreções a serem indicadas.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, consoante o art. 25, *caput*, da Lei 8.987/95, a fiscalização realizada pelo poder concedente não exclui ou atenua a responsabilidade do concessionário, no que tange a prejuízos causados ao próprio poder concedente, aos usuários ou a terceiros.

**QUESTÃO 29. Em relação a bens públicos, assinale a opção correta, com base na legislação e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**a) A administração pública não pode exigir remuneração pelo uso do bem de uso comum, exceto durante a vigência de estado de emergência.**

**b) A administração pública pode desistir da desapropriação se a indenização não tiver sido integralmente paga e se o bem puder ser devolvido sem modificação substancial que comprometa a sua utilização como antes do processo desapropriatório.**

**c) Bens públicos móveis estão sujeitos a usucapião nos termos da jurisprudência pátria.**

**d) Bens de uso comum do povo são destinados ao uso pela administração pública para a prestação de serviços à população, como, por exemplo, as repartições públicas.**

**e) A alienação de bens da administração pública prescinde da existência de interesse público devidamente justificado, bastando a observância das regras previstas na Lei de Licitações Públicas.**

### **Comentários**



A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme explicitado no art. 102 do Código Civil, o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, de modo que a Administração pode, sim, exigir remuneração pela utilização do bem de uso comum.

A alternativa B está correta. De fato, o STJ tem compreensão firmada no sentido de ser lícito à Administração desistir da desapropriação, desde que não tenha havido o pagamento integral da indenização e o bem possa ser devolvido tal como antes se encontrava (REsp. 1368773/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES).

A alternativa C está incorreta. Face à característica da imprescritibilidade, nenhum bem público, seja de que natureza for, pode ser adquirido por usucapião (CRFB/88, arts. 183, §3º, e 191, parágrafo único c/c Código Civil, art. 102). Assim, equivocado aduzir que bens públicos móveis poderiam ser usucapidos.

A alternativa D está incorreta. Na realidade, os bens públicos destinados a serviços à população são classificados como bens de uso especial, e não como bens de uso comum do povo.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que foi dito neste item, existência de interesse público é pressuposto necessário para que se revele legítima a alienação de bens públicos, o que se extrai, por exemplo, do art. 76, *caput*, da Lei 14.133/2021.

### **QUESTÃO 30. Julgue os itens, a respeito da responsabilidade civil do estado.**

**I Conforme a CF, a responsabilidade civil estatal subsume-se à teoria do risco integral, no que diz respeito tanto às condutas estatais comissivas quanto às omissivas.**

**II Sob o regime da responsabilidade objetiva, a administração pública responderá civilmente pela ação ou omissão administrativa mesmo diante de evidências de ocorrência de culpa atribuível à própria vítima.**

**III Em caso de inobservância do dever específico de proteção previsto na CF, o Estado é responsável pela morte do detento.**

**IV O Estado não responde objetivamente por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não for demonstrado o nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.**

**V A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens III e V estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.



O item I está incorreto. Em verdade, a teoria adotada por nosso ordenamento jurídico, seja para condutas comissivas ou omissivas, consiste na teoria do risco administrativo, e não no risco integral. Neste sentido, a jurisprudência do STF (RE 841.526, rel. Ministro LUIZ FUX).

O item II está incorreto. A culpa exclusiva da vítima é uma das causas excludentes de responsabilidade, de modo que, acaso esteja configurada, deve-se afastar o dever de indenizar atribuível ao este estatal.

O item III está correto. Esta assertiva exhibe entendimento do STF, em tese de repercussão geral, no mesmo precedente acima indicado (RE 841.526, rel. Ministro LUIZ FUX). Logo, sem equívocos a serem indicados.

O item IV está correto. À luz da teoria da causalidade direta e imediata, adotada em nosso ordenamento no art. 403 do Código Civil, o STF, realmente, fixou entendimento, em tese de repercussão geral, no exato sentido deste item (RE 608.880, rel. Ministro ALEXANDRE DE MORAES), razão pela qual não há reparos a serem feitos.

O item V está correto. Outra vez, trata-se de afirmativa alinhada à jurisprudência do STF, ao adotar a teoria da dupla garantia, sendo uma delas dirigida a assegurar que o agente público somente responda perante o próprio Estado, de modo que não é parte legítima para figurar em ação movida pelo particular, vítima de danos. Neste sentido, o RE 1.027.633, rel. Ministro MARCO AURÉLIO.

**QUESTÃO 31. De acordo com a Lei Municipal nº 17.794/2022, é considerada significativa a vegetação de porte arbóreo que seja**

- a) destinada a proteger sítios de excepcional valor paisagístico, científico ou histórico.**
- b) indicada no plano plurianual de manejo agroflorestal como essencial à manutenção das condições de reprodução da fauna urbana.**
- c) manipulada geneticamente com a finalidade de propiciar a absorção dos poluentes atmosféricos nocivos à saúde humana.**
- d) reconhecida por ato privativo da presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), em razão de sua localização, raridade, antiguidade, condição de porta-sementes ou por outro motivo de interesse histórico, científico ou histórico.**
- e) originária de área exótica extraterritorial, originalmente revestida pela vegetação significativa, já recuperada de acordo com planos de reflorestamento, hibridização ou de regeneração natural e(ou) artificial.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

O art. 5º da Lei Municipal nº 17.794/2022 dispõe que “Sem prejuízo do disposto no art. 4º desta Lei, considera-se também como significativa a vegetação de porte arbóreo que se enquadrar em uma das seguintes hipóteses: I - for destinada a proteger sítios de excepcional valor paisagístico, científico ou histórico.”

As demais alternativas não encontram fundamentação nem previsão na Lei Municipal nº 17.794/2022, tampouco no Código Florestal.

**QUESTÃO 32. Assinale a opção correta no que concerne ao parcelamento do solo urbano, com base no disposto na Lei nº 6.766/1979 e suas alterações.**



- a) **É permitido vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado desde que o loteamento ou desmembramento que não esteja registrado não tenha sido ainda regularmente executado, mas já tenha recebido notificação da prefeitura municipal.**
- b) **Cabe exclusivamente ao Ministério Público promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.**
- c) **Regularizado o loteamento pelo loteador, o Ministério Público promoverá judicialmente a autorização para levantar as prestações depositadas, com os acréscimos de correção monetária e juros, sendo necessária a citação da prefeitura para integrar o processo judicial.**
- d) **Tendo sido regularizado o loteamento ou o desmembramento pela prefeitura municipal ou pelo Distrito Federal, quando for o caso, o adquirente do lote, comprovado o depósito de todas as prestações do preço avençado, poderá obter o registro de propriedade do lote adquirido, valendo, para tanto, o compromisso de venda e compra definitivamente firmado.**
- e) **Nas desapropriações, serão considerados loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados que sejam objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O art. Art. 37 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano dispõe que: “É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado” sem fazer ressalva.

A alternativa B está incorreta. O Art. 45 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano prevê outros legitimados: “O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.”

A alternativa C está incorreta. Compete ao loteador, nos termos do § 3º do art. 38 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano: “Regularizado o loteamento pelo loteador, este promoverá judicialmente a autorização para levantar as prestações depositadas, com os acréscimos de correção monetária e juros, sendo necessária a citação da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, para integrar o processo judicial aqui previsto, bem como audiência do Ministério Público.”

A alternativa D está correta. Essa é exatamente a previsão do art. Art. 41 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano: “Regularizado o loteamento ou desmembramento pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, o adquirente do lote, comprovando o depósito de todas as prestações do preço avençado, poderá obter o registro, de propriedade do lote adquirido, valendo para tanto o compromisso de venda e compra devidamente firmado.”

A alternativa E está incorreta. O Art. 42 da Lei do Parcelamento do Solo Urbano preconiza justamente o contrário: “Nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.”

**QUESTÃO 33. Com vistas à proteção das paisagens naturais notáveis e do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, o município deve**

a) **formular, executar e adotar as medidas necessárias ao cumprimento da política municipal de meio ambiente e promover, no estado, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal relacionados à proteção e à gestão ambiental.**



**b) suprimir e manejar vegetação, florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e em unidades de conservação instituídas pelo município, inclusive em áreas de proteção ambiental (APA).**

**c) estimular a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente e promover as atividades e empreendimentos lucrativos, dispensando-os de licenciamento prévio.**

**d) promover, com exclusividade, o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito regional, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.**

**e) articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às políticas nacional, estadual e municipal de meio ambiente, bem como promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O Município irá promover no município e não no estado, nos termos do art. 9º da LC 140/11: “IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental.”

A alternativa B está incorreta. O art. 9º, XIV, b), da LC 140/2011 excepciona as APAS: “localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).”

A alternativa C está incorreta. Não há dispensa do licenciamento prévio, conforme previsão do art. 9º da LC 140/11: “XII - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei; e XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município.”

A alternativa D está incorreta. Não há exclusividade. Na verdade o art. 9º, XIV da LC 140/11, deixa claro que devem ser “observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar”, para “promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos: a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).”

A alternativa E está correta. O art. 9º da LC 140/2011 prevê as ações administrativas dos Municípios, entre elas: V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente; e VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos”.

**QUESTÃO 34. A definição de área urbana consolidada, segundo a Resolução nº 302/2002 do CONAMA, é aquela que**

**a) abrange a implantação de usinas de reciclagem de lixo hospitalar apreendido pela Polícia Federal, em obediência ao que prevê o Tratado de Calábria acerca do combate ao tráfico de lixo.**



**b) prevê a substituição dos medidores analógicos do índice de radiação eletromagnética auferido pelo serviço de distribuição de energia elétrica e iluminação pública da área por medidores digitais certificados.**

**c) atende à aprovação de plano integrado de proteção ao modo de vida tradicional das comunidades indígenas assentadas em unidades de conservação de proteção integral sob administração do município.**

**d) atende aos critérios da definição legal pelo poder público e da existência de no mínimo quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana: malha viária com canalização de águas pluviais; rede de abastecimento de água; rede de esgoto; distribuição de energia elétrica e iluminação pública; recolhimento de resíduos sólidos urbanos; tratamento de resíduos sólidos urbanos; e densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km<sup>2</sup>.**

**e) respeita a obrigatoriedade da implantação das redes integradas de combate ao tráfico de animais silvestres e de outros ativos economicamente mensuráveis e ecologicamente relevantes para a proteção da biodiversidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

O Art. 2º, V, da Resolução 302/02, conceitua: “Área Urbana Consolidada: aquela que atende aos seguintes critérios: a) definição legal pelo poder público; b) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana: 1. malha viária com canalização de águas pluviais, 2. rede de abastecimento de água; 3. rede de esgoto; 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; 5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos; 6. tratamento de resíduos sólidos urbanos; e c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km<sup>2</sup>.

As demais alternativas não encontram fundamentação nem previsão na Lei Resolução nº 302/2002 do CONAMA.

**QUESTÃO 35. Assinale a opção em que os institutos jurídicos e políticos apresentados constituem instrumentos da política urbana.**

**a) desapropriação; concessão de direito real de uso; usucapião especial de imóvel urbano**

**b) regulação de zonas de livre comércio, servidão administrativa; limitações administrativas; benefícios fiscais e financeiros**

**c) processo administrativo-disciplinar; pesquisas de opinião; plano diretor; direito de superfície**

**d) preempção; reconvenção; parcelamento; edificação ou utilização compulsórios; regulação das zonas de livre comércio**

**e) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; alteração dos integrantes do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; instituição de unidades de conservação**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O art. 4º do Estatuto da Cidade prevê uma série de instrumentos, entre eles, os institutos jurídicos e políticos, no inciso V, entre os quais consta: “a) desapropriação; (...) g) concessão de direito real de uso; (...) j) usucapião especial de imóvel urbano”.

A alternativa B está incorreta. Os incentivos e benefícios fiscais e financeiros são institutos tributários e financeiros previstos no inciso IV do art. 4º do Estatuto da Cidade.



A alternativa C está incorreta. O plano diretor é instituto de planejamento municipal, em especial, previsto no inciso III do art. 4º do Estatuto da Cidade.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de reconvenção e de regulação das zonas de livre comércio entre os institutos jurídicos e políticos listados no inciso V do art. 4º do Estatuto da Cidade.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de alteração dos integrantes do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre os institutos jurídicos e políticos listados no inciso V do art. 4º do Estatuto da Cidade.

**QUESTÃO 36. A ordenação e o controle do uso do solo, uma das diretrizes da política urbana, visa evitar, entre outros problemas, a**

- a) dispersão da população de baixa renda nos municípios que integram a região metropolitana.**
- b) instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como empecilho à geração de tráfego.**
- c) deterioração das áreas urbanizadas e a poluição e a degradação ambiental.**
- d) exposição da população a riscos de desastres e a condução não autorizada de animais domésticos por pedestres em vias públicas urbanas.**
- e) utilização inadequada de imóveis urbanos em prejuízo da rede hoteleira pela oferta de aluguéis por temporada.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

Art. 2º do Estatuto da Cidade prevê que: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental; e h) a exposição da população a riscos de desastres.”

As demais alternativas não encontram fundamentação nem previsão no art. 2º, VI, do Estatuto da Cidade.

**QUESTÃO 37. De acordo com o disposto no Estatuto da Cidade, entre os instrumentos utilizados no planejamento municipal, constam**

- a) o zoneamento ambiental, o zoneamento ecológico-econômico regional e os projetos de distribuição de renda por distribuição eleitoral.**
- b) planos, programas e projetos setoriais, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.**
- c) o plano diretor, o plano plurianual, os programas de combate à vulnerabilização habitacional das famílias carentes e a erradicação da pobreza.**
- d) a reformulação da matriz urbanística, a substituição dos espaços coletivos por espaços de integração público-privados e a gestão orçamentário-participativa.**



**e) planos de desenvolvimento econômico e social de geração de emprego e renda e programas de mobilidade urbana focados no deslocamento interestadual e no fluxo de insumos e matérias-primas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O art. 4º do Estatuto da Cidade prevê uma série de instrumentos, entre eles, os instrumentos do planejamento municipal, no inciso III, entre os quais não consta o zoneamento ecológico-econômico regional e os projetos de distribuição de renda por distribuição eleitoral.

A alternativa B está correta. O art. 4º do Estatuto da Cidade prevê uma série de instrumentos, entre eles, os instrumentos do planejamento municipal, no inciso III, entre os quais consta: e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual; e g) planos, programas e projetos setoriais.

A alternativa C está incorreta. O art. 4º do Estatuto da Cidade prevê uma série de instrumentos, entre eles, os instrumentos do planejamento municipal, no inciso III, entre os quais não consta os programas de combate à vulnerabilização habitacional das famílias carentes e a erradicação da pobreza.

A alternativa D está incorreta. O art. 4º do Estatuto da Cidade prevê uma série de instrumentos, entre eles, os instrumentos do planejamento municipal, no inciso III, entre os quais não consta a reformulação da matriz urbanística, a substituição dos espaços coletivos por espaços de integração público-privados.

A alternativa E está incorreta. O art. 4º do Estatuto da Cidade prevê uma série de instrumentos, entre eles, os instrumentos do planejamento municipal, no inciso III, entre os quais não consta geração de emprego e renda e programas de mobilidade urbana focados no deslocamento interestadual e no fluxo de insumos e matérias-primas.

**QUESTÃO 38. Os metais que se extraem das minas são**

**a) frutos naturais.**

**b) produtos.**

**c) rendimentos.**

**d) partes integrantes.**

**e) frutos industriais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 95 do Código Civil: “Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico”. Nesse sentido, destaca Flávio Tartuce (Manual de Direito Civil, 2021): “*Produtos – São os bens acessórios que saem da coisa principal, diminuindo a sua quantidade e substância. (...) Como exemplo, pode ser citada a pepita de ouro retirada de uma mina*”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa B.

**QUESTÃO 39. Marcos, credor de Paulo, recebeu de Cláudia o pagamento da dívida de Paulo e transferiu a ela, expressamente, todos os seus direitos enquanto credor.**

**Nessa situação hipotética, ocorreu o pagamento por**

**a) cessão.**



- b) sub-rogação.**
- c) assunção de dívida.**
- d) novação.**
- e) compensação.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 347, I, do Código Civil: “A sub-rogação é convencional: I - quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos”;

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa B.

**QUESTÃO 40. Maria ajuizou ação de indenização contra a concessionária de transporte público do seu município, pelos danos que sofreu após ter caído no interior da composição do metrô ao ter sido empurrada por outros passageiros no momento do embarque.**

**Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a concessionária**

- a) não tem responsabilidade, em razão do caso fortuito.**
- b) tem responsabilidade subjetiva.**
- c) não tem responsabilidade, em razão da força maior.**
- d) não tem responsabilidade, em razão do fortuito externo.**
- e) tem responsabilidade objetiva.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A, C e D estão incorretas. Não é verdade que a concessionária não possa ser responsabilizada. Pelo contrário, haverá responsabilidade e esta será de índole objetiva. No ponto, o STJ possui entendimento no sentido de que o contrato de transporte tem ínsita uma cláusula de incolumidade, de modo que implica a existência de uma obrigação de resultado, consistente em conduzir o passageiro com conforto e segurança até seu destino (REsp. 1747637, relatora Ministra NANCY ANDRIGUI). Mesmo em se tratando de conduta praticada por terceiros (empurrões de outros passageiros), não deve ser considerada como causa excludente, uma vez que assim somente pode ser tido, neste contexto, o evento que não guarda relação com a organização do negócio e os riscos da atividade, o que não seria a hipótese narrada na questão em exame.

A alternativa B está incorreta. Como dito, a hipótese é de responsabilidade objetiva, seja com amparo no art. 37, §6º, da CRFB, por se tratar a concessionária do metrô de pessoa privada prestadora de serviços públicos, seja, ainda, na forma dos arts. 734 e 735 do Código Civil, sendo que este último dispositivo é explícito ao estabelecer que a responsabilidade contratual do transportador por acidente com passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.

A alternativa E está correta. Pelos fundamentos acima exibidos, é verdadeiro aduzir que o caso seria de responsabilidade objetiva da concessionária de serviços públicos.

**QUESTÃO 41. O ajuizamento de ação fundada no enriquecimento sem causa é cabível no caso de**



**I. promessa de recompensa.**

**II. gestão de negócios.**

**III. pagamento indevido.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**, porque todos os itens estão corretos.

Os itens I, II e III estão corretos, conforme o entendimento do STJ (REsp 1361182 / RS): “(...) 8. Tanto os atos unilaterais de vontade (promessa de recompensa, arts. 854 e ss.; gestão de negócios, arts. 861 e ss.; pagamento indevido, arts. 876 e ss.; e o próprio enriquecimento sem causa, art. 884 e ss.) como os negociais, conforme o caso, comportam o ajuizamento de ação fundada no enriquecimento sem causa, cuja pretensão está abarcada pelo prazo prescricional trienal previsto no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002”.

**QUESTÃO 42. De acordo com o Código Civil, se uma pessoa entregar bens móveis a terceiro e este, ficando autorizado a vendê-los, pagar àquele o preço ajustado, configura-se**

**a) comissão.**

**b) corretagem.**

**c) contrato estimatório.**

**d) agência.**

**e) venda a contento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 534 do Código Civil: “Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

**QUESTÃO 43. Um mesmo fato resultou na propositura de ação de improbidade administrativa e ação penal contra determinada pessoa, tendo a ação de improbidade sido julgada improcedente por ter restado provado que o agente não agira com dolo e não obtivera vantagem indevida. Por sua vez, a configuração do delito, apontada na ação penal como crime contra a administração pública, exigia que a conduta do agente fosse dolosa. Diante desses elementos, a defesa do réu requereu o trancamento da ação penal com fundamento na atipicidade da conduta.**



**Tendo essa situação hipotética como referência, assinale a opção correta com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**a) As esferas civil, penal e administrativa são absolutamente independentes e autônomas entre si, de modo que as decisões tomadas no âmbito administrativo ou cível não vinculam a seara criminal.**

**b) A improcedência da ação de improbidade administrativa, quando decorrente da ausência de dolo e da não obtenção de vantagem indevida pelo agente, na hipótese de os fatos serem os mesmos que resultaram na ação penal, esvazia a justa causa para manutenção desta.**

**c) Afasta-se a independência das instâncias civil e penal quando a ação penal for julgada improcedente por ausência de prova de ter o réu concorrido para a infração penal.**

**d) Ocorre a vinculação das instâncias civil e penal quando a ação penal for julgada procedente por ficar provado que o réu concorreu para a infração penal.**

**e) O reconhecimento da transgressão disciplinar e a aplicação da respectiva punição dependem da procedência da ação penal, estando a administração obrigada a aguardar a finalização do processo na esfera penal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Embora a regra geral seja a independência das instâncias penal, civil e administrativa, é sabido que existem exceções contempladas no ordenamento, vale dizer, quando houver coisa julgada na órbita criminal que reconheça a inexistência do fato ou a negativa de autoria. Portanto, equivocado sustentar um pretense caráter “absoluto” de tal independência das instâncias.

A alternativa B está correta. Adotando-se a teoria finalista, que insere o elemento subjetivo no tipo, a ausência de prova do elemento subjetivo (dolo) interfere na caracterização da própria tipicidade do crime. Em tendo sido afastado o dolo na seara cível, esta circunstância deve ser considerada no âmbito criminal, resultando no esvaziamento da justa causa para o prosseguimento da ação penal. Assim decidiu o STJ recentemente (RHC 173.448, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 13/03/2023).

A alternativa C está incorreta. A absolvição criminal por insuficiência de provas não interfere nas demais esferas, prevalecendo, neste caso, a independência de cada instância.

A alternativa D está incorreta. A hipótese aqui descrita não se insere dentre as exceções ao princípio da independência das órbitas penal, civil e administrativa.

A alternativa E está incorreta. Inexiste a obrigação de o processo administrativo disciplinar ser sobrestado para aguardar o desfecho da ação penal correlata. Prevalece, uma vez mais, a independência das instâncias penal e administrativa.

**QUESTÃO 44. A respeito da herança jacente, assinale a opção correta, considerando a legislação vigente acerca do assunto e o entendimento do STJ.**

**a) Até a declaração de vacância, corre o prazo para que o imóvel possa ser usacapido pelo particular que o detém.**

**b) O estado-membro é o sucessor dos bens jacentes.**



**c) É vedado ao juiz do domicílio do autor da herança determinar, de ofício, a abertura do procedimento de arrecadação da herança jacente.**

**d) Logo que aberta a sucessão, os bens que compõem a herança jacente passam a integrar o patrimônio do ente público.**

**e) A jacência, por pressupor incerteza quanto à existência dos herdeiros, tem como consequência necessária a declaração de vacância.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme o entendimento do STJ (AgRg no Ag 1.212.745 / RJ): “(...) II - O bem integrante de herança jacente só é devolvido ao Estado com a sentença de declaração da vacância, podendo, até ali, ser possuído *ad usucapionem*. Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo improvido”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 1.822 do Código Civil: “A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 738 do CPC: “Nos casos em que a lei considere jacente a herança, o juiz em cuja comarca tiver domicílio o falecido procederá imediatamente à arrecadação dos respectivos bens”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art 1.819 do Código Civil: “Falecendo alguém sem deixar testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido, os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância.

A alternativa E está incorreta, nos termos dos arts. 739 e 743 do CPC, respectivamente: “A herança jacente ficará sob a guarda, a conservação e a administração de um curador até a respectiva entrega ao sucessor legalmente habilitado ou até a declaração de vacância” e “Passado 1 (um) ano da primeira publicação do edital e não havendo herdeiro habilitado nem habilitação pendente, será a herança declarada vacante”.

**QUESTÃO 45. Acerca da usucapião extraordinária e do parcelamento do solo urbano, julgue os itens subsequentes, de acordo com o Código Civil e o entendimento dos tribunais superiores.**

**I. Adquire a propriedade aquele que, pelo prazo de dez anos, possuir como seu um imóvel no qual estabeleça sua moradia habitual, exercendo a posse mansa, pacífica e ininterrupta, ainda que não possua título nem esteja de boa-fé.**

**II. Adquire a propriedade o possuidor que, pelo prazo de quinze anos, possuir como seu um imóvel, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, desde que tenha título e esteja de boa-fé.**

**III. A usucapião não pode ser obstada em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal.**

**IV. O parcelamento do solo urbano é exigido para a aquisição originária da propriedade.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e III.**

**b) I e IV.**

**c) II e III.**



**d) I, II e IV.**

**e) II, III e IV.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, porque apenas os itens I e III estão corretos.

O item I está correto, nos termos do art. 1.238, parágrafo único, do CC/02: “Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo”.

O item II está incorreto, nos termos do art. 1.238 do CC/02: “Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

O item III está correto. Em julgamento sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 985), o STJ firmou a seguinte tese: “O reconhecimento da usucapião extraordinária, mediante o preenchimento dos requisitos específicos, não pode ser obstado em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal”.

O item IV está incorreto, conforme o entendimento do STJ (REsp 1667843 / SC): “(...). Com efeito, o parcelamento, a edificação e a utilização do imóvel configuram ônus subjetivamente reais, que afetam o exercício do direito de propriedade, sem serem capazes, no entanto, de impossibilitar seu nascimento. Isso, porque não são atributos do direito, mas coadjuvantes no seu aperfeiçoamento. Seu principal escopo é mesmo a concretização da política pública de transformação dos espaços onde localizados os imóveis”.

### **QUESTÃO 46. De acordo com o STJ, constitui requisito para a aplicação da teoria da imprevisão**

**a) a inimizabilidade da excessiva onerosidade da prestação ao lesado.**

**b) a ocorrência de contratos de execução continuada ou diferida.**

**c) a desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução.**

**d) a superveniência de acontecimento extraordinário e imprevisível.**

**e) o fato de a prestação tornar-se excessivamente onerosa para uma das partes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, conforme o entendimento do STJ (Resp 2.032.878 - GO): “(...) A Teoria da Imprevisão (art. 317 do CC), de matriz francesa, exige a comprovação dos seguintes requisitos: (I) obrigação a ser adimplida em momento posterior ao de sua origem; (II) superveniência de evento imprevisível; (III) que acarrete desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução. A pedido da parte, o juiz poderá corrigir o valor da prestação, de modo a assegurar, quanto possível, o seu valor real”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o entendimento do STJ (Resp 2.032.878 - GO): “A Teoria da Onerosidade Excessiva (art. 478 do CC), de origem italiana, pressupõe (I) contratos de execução continuada ou diferida; (II) superveniência de acontecimento extraordinário e imprevisível; (III) que acarrete prestação excessivamente onerosa para uma das partes; (IV) extrema vantagem para a outra; e (V)



inimputabilidade da excessiva onerosidade da prestação ao lesado. Possibilidade de flexibilização da “extrema vantagem”.

**QUESTÃO 47. Assinale a opção que corresponde corretamente ao entendimento do STJ acerca da usucapião.**

**a) A contestação apresentada na ação de usucapião, por exprimir a resistência do demandado à posse exercida pelo autor, interrompe o prazo da prescrição aquisitiva.**

**b) A posse originariamente adquirida em caráter precário não poderá ser alterada para posse *ad usucapionem*.**

**c) Não é admitida a usucapião de bem em condomínio, ainda que um condômino exerça posse exclusiva do imóvel sem oposição de outro.**

**d) A interrupção do prazo da prescrição aquisitiva somente ocorre se o proprietário do imóvel usucapiendo reaver a posse para si.**

**e) Na ação de usucapião, o prazo para usucapir não pode ser completado no curso do processo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, conforme o entendimento do STJ (Resp 1.361.226/ MG): “(...) 5. A contestação não tem a capacidade de exprimir a resistência do demandado à posse exercida pelo autor, mas apenas a sua discordância com a aquisição do imóvel pela usucapião. 6. A interrupção do prazo da prescrição aquisitiva somente poderia ocorrer na hipótese em que o proprietário do imóvel usucapiendo conseguisse reaver a posse para si. Precedentes”.

A alternativa B está incorreta, conforme entendimento do STJ (Resp 1.552.548/ MS): “Hipótese: A presente controvérsia consiste em aferir se, para fins de usucapião extraordinário, a posse originariamente precária pode transmutar-se a dar ensejo àquela exercida com animus domini. 1. Tanto sobre a égide do Código anterior, quanto do atual, os únicos requisitos exigidos para a aquisição da propriedade por usucapião extraordinário são a posse *ad usucapionem* e o prazo previsto em lei. 2. Para fins de aquisição da propriedade por usucapião admite-se tanto a acessão na posse, *accessio possessionis*, quanto a sucessão na posse, ou *successio possessionis*. 3. No caso dos autos, verifica-se que mesmo com a morte da primeira posseira, não houve alteração fática substancial a ponto de conduzir à transmutação da posse por ela exercida, já que durante todo o tempo a relação jurídica estabelecida entre as partes foi regida pelo comodato, primeiro verbal, depois escrito. Assim, nas hipóteses em que a alteração fática autorizar, admite-se a transmutação da natureza da posse para fins de configuração de usucapião, todavia, tal não ocorreu na espécie, em que a posse originariamente adquirida em caráter precário, assim permaneceu durante todo o seu exercício”.

A alternativa C está incorreta, conforme o entendimento do STJ (REsp 1.909.276 / RJ): “(...) 4. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de ser admissível a usucapião de bem em condomínio, desde que o condômino exerça a posse do bem com exclusividade”.

A alternativa D está correta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta, conforme o entendimento do STJ (REsp 1.909.276 / RJ): “(...) 7. É possível o reconhecimento da prescrição aquisitiva ainda que o prazo exigido por lei se complete apenas no curso da ação de usucapião. Precedentes”.

**QUESTÃO 48 - Quanto às respostas do réu e ao litisconsórcio, assinale a opção correta.**



- a) A desistência da ação, desde que aceita pelo réu, obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- b) A reconvenção pode ser proposta somente contra o autor, sendo vedada a sua propositura contra o autor e terceiros.
- c) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio ativo facultativo com terceiro.
- d) Para que o réu proponha a reconvenção, é preciso que ele ofereça contestação no mesmo ato processual.
- e) O autor não tem a chance de manifestar-se processualmente sobre a reconvenção que lhe tenha sido proposta.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o § 2º do art. 343 do CPC: “A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.”

A alternativa B está incorreta. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro, conforme art. 343 § 3º do CPC.

A alternativa C está correta. É o que dispõe o art. 343, § 4º do CPC.

A alternativa D está incorreta. O art. 343, § 6º, informa que a propositura da reconvenção independe do oferecimento de contestação.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário, o autor será intimado para manifestar-se no prazo de quinze dias (art. 343, § 1º, CPC).

**QUESTÃO 49. Considerando a sistemática dos recursos previstos no Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção correta.**

- a) Para que a renúncia ao direito de recorrer seja considerada eficaz, é necessário o aceite da parte contrária.
- b) A legitimidade do Ministério Público para recorrer depende da sua participação como parte no processo.
- c) O relator pode suspender a decisão recorrida liminarmente, desde que haja risco de dano e probabilidade de provimento do recurso.
- d) A decisão só pode ser impugnada no seu todo, sendo vedada a sua impugnação parcial.
- e) O recurso adesivo, em apelação, poderá ser conhecido mesmo que haja desistência do recurso principal.



## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O Art. 999 do CPC dispõe que “A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 996 do CPC, o Ministério Público pode recorrer tanto como parte quanto como fiscal da lei: “O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.”

A alternativa C está correta. É o que dispõe o parágrafo único do art. 995, CPC.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 1.002, CPC, a decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.

A alternativa E está incorreta. O art. 997, §2º, III, dispõe que o recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal: “O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte: I - será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder; II - será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial; III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.”

**QUESTÃO 50. Tendo em vista a recente alteração legislativa que modificou a dinâmica dos pressupostos e requisitos de admissibilidade do recurso especial, assinale a opção correta.**

**a) Haverá relevância das questões de direito discutidas no recurso especial caso o acórdão recorrido contrarie jurisprudência dominante do STJ.**

**b) O STJ, por motivo de inexistência de relevância das questões de direito, pode não conhecer do recurso pela manifestação de 3/5 dos membros da seção competente para julgamento.**

**c) Lei federal não poderá prever casos de relevância das questões de direito discutidas em recurso especial para além das hipóteses já elencadas na CF.**

**d) Somente pelo voto de 2/3 do Conselho Especial do STJ, poderá ser negado seguimento a recurso por ausência de relevância das questões de direito discutidas no recurso especial.**

**e) O valor da causa não poderá ser utilizado como critério para definição da existência de relevância das questões de direito discutidas no recurso especial.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. É o que dispõe o art. 105, §3º, V, da Constituição Federal.



A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 105, §2º da CF, o quórum é de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento.

A alternativa C está incorreta. O art. 105, §3º, VI da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação de novas hipóteses de relevância por lei: “Haverá a relevância de que trata o § 2º deste artigo nos seguintes casos: I - ações penais; II - ações de improbidade administrativa; III - ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos; IV - ações que possam gerar inelegibilidade; V - hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; VI - outras hipóteses previstas em lei.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 105, §2º da CF, o quórum é de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento, e não do Conselho Especial.

A alternativa E está incorreta. O art. 105, §3º, III da Constituição Federal prevê a hipótese de relevância nas ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos.

**QUESTÃO 51. Acerca do mandado de segurança em temas ligados ao ofício da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo (PGM/SP), segundo a jurisprudência pacificada do STJ, assinale a opção correta.**

**a) O processamento e o julgamento de mandado de segurança contra ato do juizado especial de um município competem ao tribunal de justiça a que este estiver vinculado.**

**b) A teoria da encampação é cabível no mandado de segurança, mesmo que não haja vínculo hierárquico entre a autoridade que houver prestado informações e a que houver ordenado a prática do ato impugnado.**

**c) Não é cabível impetrar mandado de segurança contra atos praticados em licitações promovidas por sociedades de economia mista ou empresas públicas.**

**d) O mandado de segurança é cabível para obter a convalidação da compensação tributária efetuada pelo contribuinte.**

**e) É adequado utilizar o mandado de segurança para a declaração do direito à compensação tributária.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Súmula 376 do STJ: “Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.”

A alternativa B está incorreta. A súmula 628 do STJ determina que o vínculo hierárquico é requisito necessário para a aplicação da teoria da encampação.

A alternativa C está incorreta. A súmula 333 do STJ dispõe que “Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública”.



A alternativa D está incorreta. Não é cabível mandado de segurança para tal fim, conforme súmula 460 do STJ.

A alternativa E está correta. É o que dispõe a súmula 213 do STJ.

**QUESTÃO 52.** Assinale a opção que indica o procedimento a ser instaurado na hipótese de relevante questão de direito em que seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

- a) Incidente de arguição de inconstitucionalidade
- b) Incidente de assunção de competência
- c) Incidente de resolução de demandas repetitivas
- d) Procedimento de julgamento estendido do recurso
- e) Procedimento de conflito de competência

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o art. 947, § 4º, CPC, pois aplica-se o incidente de assunção de competência quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

**QUESTÃO 53.** Sentença proferida em desfavor do município de São Paulo reconheceu o direito de servidores, em litisconsórcio, ao recebimento de valores pecuniários. Iniciado o cumprimento da sentença, a fazenda pública não apresentou impugnação, mas, vinte dias após sua regular intimação, interpôs pedido de limitação do referido litisconsórcio, aduzindo que a grande quantidade de credores dificultaria sua defesa, uma vez que cada servidor havia apresentado a própria memória de cálculo ao requerer o cumprimento da decisão. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) A limitação do litisconsórcio não é possível na fase de cumprimento de sentença, em razão da preclusão ocorrida na fase cognitiva do processo.
- b) A impugnação do litisconsórcio deveria ter sido apresentada em peça processual apartada do cumprimento de sentença, no prazo de trinta dias após a intimação da fazenda pública.
- c) A arguição de limitação do litisconsórcio deveria ter sido feita na fundamentação da impugnação, no prazo de trinta dias úteis.
- d) Se o pedido de limitação do litisconsórcio for aceito, a fazenda pública retomará o prazo para apresentação de resposta, o que não acontecerá se o pedido for rejeitado.



**e) Independentemente do acolhimento ou da rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio, o prazo para impugnação será interrompido e integralmente devolvido à fazenda pública.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o § 1º do art. 113 do CPC, o juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução.

A alternativa B está incorreta. O art. 525 do CPC dispõe que a impugnação ao cumprimento de sentença é o momento adequada para se alegar ilegitimidade da parte.

A alternativa C está incorreta. Da previsão do art. art. 113, §2º, CPC, é possível se concluir que o requerimento pode ser feito antes da contestação, interrompendo o prazo para a sua apresentação: “O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 113, §2º, CPC, o requerimento de limitação interrompe o prazo independentemente do resultado do pedido.

A alternativa E está correta. É o que dispõe o art. 113, §2º do CPC.

**QUESTÃO 54. Em ação ajuizada contra a fazenda pública relativamente a imbróglio no qual era cabível autocomposição, não sendo o caso de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido, o juiz da causa determinou a citação da pessoa jurídica de direito público, com vinte dias de antecedência, e designou audiência de conciliação, por entender ser possível a resolução do conflito por autocomposição. Nessa situação hipotética, o juiz atuou**

**a) Erroneamente, uma vez que deveria ter determinado a citação da fazenda pública com, no máximo, quinze dias de antecedência.**

**b) Corretamente, uma vez que a fazenda pública pode resolver o conflito por autocomposição.**

**c) Corretamente, uma vez que, em relação à fazenda pública, é obrigatória a designação da audiência de conciliação.**

**d) Erroneamente, uma vez que a fazenda pública deveria ter sido intimada para informar se desejava ou não participar da audiência.**

**e) Corretamente, uma vez que a audiência de conciliação deve ser designada, independentemente de a contenda admitir ou não autocomposição.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 334 do CPC, as partes devem ser intimadas da audiência de conciliação com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência.



A alternativa B está correta. A Lei nº 13.140/2015 prevê a possibilidade de autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública: “art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.”

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de obrigatoriedade de designação de audiência de conciliação.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de intimação prévia da Fazenda Pública.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 33, §4º, II, CPC, a audiência não será realizada quando não se admitir a autocomposição.

**QUESTÃO 55. Em conformidade com a teoria geral dos precedentes judiciais, assinale a opção correta no que concerne à hermenêutica jurídica.**

a) Ocorre *overriding* quando o tribunal muda o seu entendimento a respeito de uma questão anteriormente debatida.

b) Os institutos do *reversal* e do *overruling* têm efeitos iguais.

c) *Obiter dictum* consiste na não aplicação de um precedente justificada pela diferença entre o objeto nele tratado e aquele enfrentado em uma segunda ação.

d) *Transformation* é a superação parcial de um precedente em razão da superveniência de uma nova regra ou princípio legal.

e) Ocorre *signaling* quando o órgão jurisdicional indica que o núcleo do precedente está prestes a ser superado.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A alternativa trouxe a definição de *overruling*. Ocorre o *overriding* quando há a superação parcial do entendimento.

A alternativa B está incorreta. A reversal é a reforma de uma decisão, através de um recurso, proferida por um órgão a quo, realizada por um órgão ad quem. Já o *overruling* é a mudança de entendimento de um tribunal.

A alternativa C está incorreta. A questão trouxe a definição de *distinguish*. Já *obiter dictum* se refere a argumentos utilizados pelo magistrado em sua decisão considerados secundários, não vinculantes.

A alternativa D está incorreta. A alternativa trouxe a definição de *overriding*. *Transformation* é a superação total de um entendimento, sem que se afirme estar superando-o.

A alternativa E está correta. Esta é a definição correta de *signaling*.

**QUESTÃO 56. Quanto aos tipos de tutela jurisdicional dispostos no CPC, assinale a opção correta.**



- a) A concessão da tutela de urgência pode ocorrer tanto de forma liminar quanto após a justificação prévia.
- b) A tutela antecipada, por ter natureza precária, jamais poderá tornar-se estável.
- c) O requerimento de tutela provisória em caráter incidental dependerá do pagamento de custas complementares.
- d) A tutela concedida em caráter antecedente perderá a sua eficácia se não for efetivada em até quinze dias.
- e) Não é permitido ao juiz exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir danos que a outra parte possa vir a sofrer na concessão da tutela de urgência.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. É o que dispõe o § 2º do art. 300 do CPC.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 304, CPC, A tutela antecipada antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

A alternativa C está incorreta. O art. 295 do CPC dispõe que a tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

A alternativa D está incorreta. O prazo para efetivação é de 30 (trinta) dias, conforme art. 309, II, CPC.

A alternativa E está incorreta. O art. 300, § 1º, prevê a possibilidade de o juiz exigir caução real ou fidejussória idônea: “Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.”

**QUESTÃO 57. Camila, servidora pública, ajuizou ação contra o município de São Paulo, postulando o pagamento de determinada quantia com base em lei municipal. A referida execução transitou em julgado em janeiro de 2015, tornando-se título executivo em favor de Camila.**

**Em janeiro de 2022, o STF, ao apreciar recurso extraordinário movido pelo mesmo município no que se referia a outra servidora, decidiu, com base em lei similar à do caso de Camila, pela inconstitucionalidade da referida lei municipal.**

**Em razão desse julgado, o município pretende apresentar o instrumento jurídico mais adequado para a defesa de seus interesses no caso em questão.**

**Com base na situação hipotética apresentada, nas disposições do CPC e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.**

- a) O município deve apresentar ação ordinária no rito do procedimento comum.



**b) O município deve apresentar ação rescisória, cujo prazo tem início com o trânsito em julgado da decisão proferida pelo STF.**

**c) O município deve apresentar reclamação constitucional.**

**d) O município deve apresentar ação declaratória de nulidade (*querela nullitatis*).**

**e) Não cabe a apresentação de nenhum remédio jurídico para o caso, visto que o processo formou coisa julgada material.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o art. 535, § 8º, do CPC, quando o título executivo se basear em lei declarada inconstitucional pelo STF após o trânsito em julgado da decisão exequenda, é cabível o ajuizamento de ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 58. A respeito da execução fiscal, assinale a opção correta, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC) e com a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**a) Segundo a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, medidas executivas atípicas, como apreensão de passaporte ou de carteira nacional de habilitação, podem ser adotadas tão logo decorrido o prazo para a indicação de bens à penhora.**

**b) Depois de proposta a execução fiscal e fixada a competência, é possível que esta seja deslocada, caso o domicílio do executado seja alterado.**

**c) A execução fiscal será proposta no foro do lugar onde o réu tiver bens.**

**d) O bem indivisível poderá ser levado à alienação no processo de execução, desde que se garanta ao coproprietário ou ao cônjuge meeiro, alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte, incidente sobre o valor do leilão, ainda que este seja inferior ao da avaliação.**

**e) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação, ainda que por edital, são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, sendo requerida, por exemplo, a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o STJ, as medidas atípicas possuem caráter subsidiário, devendo ser respeitados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade (REsp 1.788.950).

A alternativa B está incorreta. A Súmula 58 do STJ informa que “Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 56, § 5º do CPC: “A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.”



A alternativa D está incorreta. O art. 843, § 2º, CPC, dispõe que deve ser garantido ao coproprietário não devedor o correspondente a sua quota parte do valor da avaliação do bem, e não do valor do leilão: “Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação.”

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do Tema 568 do STJ.

**QUESTÃO 59. Em relação a precatórios ou requisição de pequeno valor, assinale a opção correta.**

**a) O pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 45 dias, contados da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.**

**b) Expedir-se-á, por intermédio do procurador geral da fazenda competente, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal de 1988.**

**c) A ordem de apresentação de precatórios de pagamentos devidos pela fazenda pública municipal em virtude de sentença judiciária dar-se-á por disponibilidade orçamentária.**

**d) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a fazenda pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.**

**e) Tratando-se de impugnação parcial à execução, a parte não questionada pela executada não poderá ser cumprida enquanto não houver o julgamento da impugnação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O art. 535, § 3º, CPC, dispõe que o prazo para pagamento da RPV é de 2 (dois) meses.

A alternativa B está incorreta. O precatório é expedido por meio do presidente do tribunal, conforme art. 535, § 3º, CPC.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 100 da CF, os pagamentos far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 85, § 7º, CPC.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 535, § 4º, CPC: “Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento”.

**QUESTÃO 60. O município de São Paulo está sendo objeto de execução judicial com base em uma decisão judicial respaldada em lei considerada inconstitucional pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em uma análise de constitucionalidade difusa, cuja decisão foi emitida após o trânsito em julgado da decisão executória.**



No que se refere à situação hipotética apresentada, considerando as disposições do CPC, assim como a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- a) O procurador deve orientar o município a cumprir a decisão judicial e, posteriormente, a qualquer tempo, interpor ação declaratória de inexigibilidade e inexistência do título executivo judicial, visto que fundado em lei inconstitucional.
- b) Não há remédio cabível, haja vista a garantia constitucional da coisa julgada.
- c) O procurador deve apresentar ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo STF.
- d) O procurador deve apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, tendo em vista a inexigibilidade do título executivo.
- e) Tratando-se de impugnação parcial à execução, a parte não questionada pela executada não poderá ser cumprida enquanto não houver o trânsito em julgado da impugnação.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com o art. 535, § 8º, do CPC, quando o título executivo se basear em lei declarada inconstitucional pelo STF após o trânsito em julgado da decisão exequenda, é cabível o ajuizamento de ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 61.** A empresa Concretude Ltda., especializada em argamassa para construção civil, realizou um serviço de construção civil no valor de R\$ 200 mil. O fisco municipal exigiu o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre o valor total do serviço. A Concretude Ltda contestou, alegando que gastou R\$ 120 mil em materiais de construção. Diante disso, a empresa entrou com uma ação judicial com o objetivo de excluir esses materiais da base de cálculo do ISS, solicitando, assim, que a alíquota de 4% fosse aplicada apenas sobre os R\$ 80 mil restantes, referentes aos serviços prestados.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- a) A prestação do serviço de fornecimento de concreto, por empreitada, destinado à construção civil, preparado durante o trajeto até a obra por meio de betoneiras acopladas a caminhões, está sujeita exclusivamente à incidência do ICMS.
- b) É vedado aos municipais fixarem alíquota do ISS abaixo de 5% por vedação legal.
- c) Os materiais produzidos dentro do local da prestação de serviços de construção civil devem ser deduzidos da base de cálculo do ISS.
- d) A base de cálculo do ISS não deverá incluir os materiais empregados no serviço de construção civil apenas nos casos em que o prestador não for contribuinte do imposto sobre ICMS.
- e) A base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, não sendo possível deduzir os materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS.



## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa “e” está correta, com base nos seguintes fundamentos. O REsp 1916376 / RS, julgado em 14 de março de 2023, pontua, em sua ementa, que “Esta Corte Superior há muito consolidou o entendimento de que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, não sendo possível deduzir os materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS.”.

Verifica-se que a alternativa reproduz trecho da ementa do julgado. Portanto, incorretas as alternativas “c” e “d”, vez que não contempladas na hipótese.

A alternativa A está incorreta, pois a súmula nº 167 do STJ determina que “O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviço, sujeitando-se apenas à incidência do ISS.”

A alternativa B está incorreta, pois a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento), conforme art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003. Já o art. 8º, II da Lei Complementar nº 116/2003, determina a alíquota máxima de 5% (cinco por cento).

**QUESTÃO 62. Com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.**

**I Uma sociedade de economia mista estadual, que atue como prestadora exclusiva do serviço público de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotos sanitários, possui o direito a imunidade tributária recíproca sobre impostos federais incidentes sobre seu patrimônio, renda e serviços, desde que haja a prestação de um serviço público, que não ocorra a distribuição de lucros aos acionistas e que essa sociedade não atue em regime concorrencial.**

**II As entidades religiosas podem se qualificar como instituições de assistência social, para aproveitar os benefícios da imunidade tributária prevista na Constituição Federal de 1988, que abrange não apenas os impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços dessas entidades, mas também os impostos relacionados à importação de bens a serem utilizados na realização de seus objetivos estatutários.**

**III A Sociedade de economia mista, prestação de serviço público, cuja participação acionária é negociada em bolsa de valores, e que, inequivocadamente, está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item III está certo.**
- c) Apenas os itens I e II estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa “c” está correta, com base nos seguintes fundamentos.



A assertiva I está correta, conforme determinado em tema nº 1140 do STF, *Leading Case*: RE 1320054, “as empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”.

A assertiva II está correta, conforme determinado em tema nº 336 do STF, *Leading Case*: RE 630790, “as entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, c, da Constituição, que abrangerá não só os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, mas também os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários.”.

A assertiva III está incorreta, conforme determinado em tema nº 508 do STF, *Leading Case*: RE 600867, “sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que, inequivocamente, está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, não está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, ‘a’, da Constituição, unicamente em razão das atividades desempenhadas.”

**QUESTÃO 63. Acerca dos princípios de direito tributário, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.**

**I Não viola a legalidade tributária a lei que determina um limite máximo para uma taxa e permite que um ato normativo infralegal estabeleça o valor da taxa de forma proporcional aos custos da atuação estatal, desde que esse valor não possa ser atualizado pelo próprio conselho de fiscalização em um percentual superior aos índices de correção monetária legalmente estabelecidos.**

**II A revogação de benefício fiscal por meio de um ato normativo não constitui um aumento indireto do tributo, portanto, não está sujeita ao princípio da anterioridade tributária.**

**III A redução ou extinção de descontos para pagamento de tributos conforme condições estabelecidas em lei, como o pagamento antecipada em parcela única, é equiparada à majoração de tributo, sujeitando-se ao princípio da anterioridade tributária.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa “a” está correta, com base nos seguintes fundamentos.

A assertiva I está correta, conforme determinado em tema nº 829 do STF, *Leading Case*: RE 838284, “não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.”



A assertiva II está incorreta, o plenário do STF, nos autos RE 564225 AgR-EDv-AgR, julgou que “aplica-se o princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, nas hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais, haja vista que tais situações configuram majoração indireta de tributos.”.

A assertiva III está incorreta, o STF, no julgamento da ADI 4016 MC / PR, determinou que “a redução ou a extinção de desconto para pagamento de tributo sob determinadas condições previstas em lei, como o pagamento antecipado em parcela única, não pode ser equiparada à majoração do tributo em questão, no caso, o IPVA. Não-incidência do princípio da anterioridade tributária.”.

**QUESTÃO 64. Acerca da compensação tributária, julgue os seguintes itens, de acordo com a jurisprudência sumulada do STJ.**

**I A compensação tributária pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.**

**II o mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.**

**III O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.**

**IV É cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item II está certo
- b) Apenas o item III está certo
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C. Questão passível de recurso.**

A alternativa “c” está correta, com base nos seguintes fundamentos.

A assertiva I está incorreta, pois a Súmula nº 212 do STJ determina que “A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória”.

Importante destacar que a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cancelou formalmente a Súmula nº 212, por estar em desacordo com o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 357, também pelo STF.

Dessa forma, o gabarito correto seria “Apenas os itens I, II e III estão corretos.”, entretanto, não temos essa opção. Por isso, a questão é passível de recurso.

A assertiva II está correta, corresponde a literalidade da Súmula nº 213 do STJ.

A assertiva III está correta, corresponde a literalidade da Súmula nº 461 do STJ.

A assertiva I está incorreta, pois a Súmula nº 460 do STJ determina que “É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.”



**QUESTÃO 65.** Acerca do crédito tributário e das obrigações tributárias, julgue os itens a seguir.

**I** A obrigação tributária principal refere-se ao dever de pagar o tributo original, enquanto o dever de pagar juros e correção é considerado uma obrigação tributária acessória.

**II** A multa tributária não é considerada um tributo em si, mas a obrigação de pagá-la possui natureza tributária.

**III** A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não constitui automaticamente o crédito tributário, podendo ser necessárias outras providências por parte do fisco para formalizar a cobrança.

**IV** No lançamento por homologação, também denominado autolancamento, quaisquer atos anteriores à homologação, realizados pelo sujeito passivo ou por terceiros, com o objetivo de extinguir total ou parcialmente o crédito tributário, não têm influência sobre a obrigação tributária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas os itens I e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa “d” está correta, com base nos seguintes fundamentos.

A assertiva I está incorreta, pois a obrigação de pagar juros e correção é uma obrigação tributária principal, em acordo com art. 113 do CTN, vez que a obrigação acessória se refere à uma obrigação de fazer ou não fazer.

A assertiva II está correta, pois a obrigação de pagar a multa é abrangida pela obrigação tributária principal.

A assertiva III está incorreta, pois a Súmula nº 436 do STJ determina que “A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.”

A assertiva IV está correta, conforme art. 150, §2º do CTN, “não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.”

**QUESTÃO 66.** A luz da jurisprudência do STF, é correto afirmar que o rol constitucional dos serviços sujeitos ao imposto sobre serviços (ISS) é

- a) exemplificativo, admitindo-se a incidência do tributo sobre as atividades relacionadas aos serviços elencados na Lei Complementar nº 116/2003, em razão de interpretação extensiva.
- b) taxativo, admitindo-se, entretanto, a incidência do tributo sobre as atividades relacionadas serviços elencados na Lei Complementar nº 116/2003, em razão de analogia.
- c) exemplificativo, admitindo-se a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados na Lei Complementar nº 116/2003, em razão de analogia.



**d) taxativo, não sendo admitido o emprego de analogia nem de interpretação extensiva no que concerne às atividades listadas na Lei Complementar nº 116/2003.**

**e) taxativo, admitindo-se, entretanto, a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados na Lei Complementar nº 116/2003, em razão de interpretação extensiva.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa “e” está correta, com base nos seguintes fundamentos. Trata-se do tema nº 296 do STF, Leading Case: RE 784439, que deu origem a tese de que “É taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal, admitindo-se, contudo, a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva.”

Incorretas, portanto, as outras alternativas.

**QUESTÃO 67. A respeito da responsabilidade de sócios e administradores em relação à cobrança do crédito tributário, assinale a opção correta conforme a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**a) Quando empresa deixa de funcionar no respectivo domicílio fiscal, sem comunicar às autoridades competentes, há presunção absoluta da sua dissolução irregular, sendo cabível o redirecionamento das execuções fiscais aos sócios-gerentes, no que caracterizada infração à lei.**

**b) A falta de pagamento de tributo pela sociedade é causa suficiente para se pleitear a responsabilidade subsidiária dos seus sócios.**

**c) É cabível o redirecionamento da execução discal contra sócio que, ainda que se tenha retirado regularmente da empresa e não tenha concorrido para sua posterior dissolução irregular, haja exercido poderes de administração ao tempo dos fatos geradores dos tributos cobrados no feito executivo.**

**d) O redirecionamento da execução fiscal somente alcançara os sócios que exercessem poderes de administração quando da constituição do fato gerador do tributo cobrado e, concomitantemente, da dissolução irregular da empresa.**

**e) É cabível o redirecionamento da execução fiscal contra sócio que exercesse poderes de administração na data em que se configurou a dissolução irregular da sociedade, ainda que ele não tenha exercido os mesmos poderes quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa “e” está correta, com base nos seguintes fundamentos. A questão aborda o tema repetitivo nº 981 do STJ, cuja tese firmada determina que “O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido, conforme art. 135, III, do CTN.”.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme excerto dos precedentes originários da súmula 435 do STJ (AgRg no REsp 1023213 SC e EREsp 852437 RS), trata-se de uma presunção *iuris tantum* (presunção relativa).

A alternativa B está incorreta, conforme súmula nº 430 do STJ, “O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.”.



A alternativa C está incorreta, o STJ julgou, em tema repetitivo nº 962, que “O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência, não pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio que, embora exercesse poderes de gerência ao tempo do fato gerador, sem incorrer em prática de atos com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou aos estatutos, dela regularmente se retirou e não deu causa à sua posterior dissolução irregular, conforme art. 135, III, do CTN.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos justificados na alternativa “e”.

**QUESTÃO 68. No que concerne à inscrição e à cobrança da dívida ativa tributária, julgue os próximos itens de acordo com a CF, o CTN e a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**I A origem e a natureza do crédito são requisitos obrigatórios a serem observados no termo de inscrição da dívida ativa.**

**II A possibilidade de protesto de certidão de dívida ativa (CDA) limita-se às inscrições relativas a tributos federais.**

**III No caso de execução fiscal ajuizada contra empresa cuja falência haja sido decretada em momento anterior ao ajuizamento do feito executivo, é possível, até a decisão em primeira instância, retificar a identificação do polo passivo da CDA para constar a informação de que a parte executada se encontra em estado falimentar.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa “a” está correta, com base nos seguintes fundamentos.

A assertiva I está correta, nos termos do art. 202, III do CTN, que dispõe que “a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;” são indicados obrigatoriamente no termo de inscrição da dívida ativa.

A assertiva II está incorreta, pois a lei 9492/97 determina que “incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.” A ADI 5135/DF firmou o entendimento que este dispositivo é compatível com a Constituição Federal, tanto do ponto de vista formal quanto material.

A assertiva III está incorreta, pois, conforme tema repetitivo 703 do STJ, “A substituição da CDA na hipótese de execução fiscal ajuizada contra empresa cuja falência foi decretada antes do ajuizamento da referida execução fiscal não implica em modificação do sujeito passivo da execução.”. No mesmo sentido, o tema 702 determina que trata-se de mera irregularidade.



**QUESTÃO 69.** A respeito do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI), assinale a opção correta consoante a CF e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) A aquisição de imóveis por meio de usucapião constitui exemplo de fato gerador do ITBI.
- b) A celebração de contrato de promessa de compra e venda não é causa suficiente para a cobrança do ITBI.
- c) A transferência de imóveis por meio de acessão física não enseja a cobrança do ITBI quando envolvida alteração na propriedade decorrente de força maior (por exemplo, fenômeno da natureza).
- d) A imunidade constitucional do ITBI em relação à transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital é ampla, não se limitando ao valor do capital social a ser integralizado.
- e) É legítima a fixação, em lei municipal, de alíquotas progressivas para o ITBI com base no valor venal do imóvel, desde que a lei seja posterior à Emenda Constitucional nº 29/2000.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, com base nos seguintes fundamentos. Conforme tema nº 1124 do STF, Leading Case: ARE 1294969, “o fato gerador do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.” O julgamento, entretanto, terá a tese reanalisada.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 156 da CF determina que o imposto incide sobre ato *inter vivos* onerosos, o que não é o caso da usucapião. A usucapião é forma de aquisição e não transmissão.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 156 da CF determina que o imposto incide sobre transmissão “*inter vivos*”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

A alternativa D está incorreta, conforme decidiu o STF no tema 796, Leading Case: RE 796376, “A imunidade em relação ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.”.

A alternativa E está incorreta, conforme determina a súmula nº 656 do STF, “É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis - ITBI com base no valor venal do imóvel.”.

**QUESTÃO 70.** Considerando as disposições da Lei Municipal n 14.107/2005 a respeito do processo administrativo fiscal no município de São Paulo, assinale a opção correta.

- a) Da decisão final proferida em primeira instância caberá recurso de revisão, a ser apreciado pelas câmaras julgadoras.
- b) A notificação do sujeito passivo a respeito do início do procedimento de fiscalização tributária deve ser feita, em ordem de preferência, pessoalmente, por via postal, por via eletrônica ou por edital.
- c) A execução do procedimento fiscal relativo à apuração de obrigação tributária ou infração é vinculada, não podendo ser dispensada, ainda que os custos superem a expectativa do correspondente benefício tributários.



**d) O órgão lançador ou a autoridade autuante do tributo, condicionada à anuência do superior imediato, pode corrigir eventuais erros existentes na notificação de lançamento e no auto de infração, desde que não tenha havido impugnação do contribuinte nem inscrição do crédito em dívida ativa.**

**e) É possível, mediante pedido direcionado aos presidentes das câmaras julgadoras, a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas quando verificada a repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de direito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, com base nos seguintes fundamentos. Determina o art. 14 da lei 14.107/2005 que “Os erros existentes na notificação de lançamento e no auto de infração poderão ser corrigidos pelo órgão lançador ou pelo autuante, com anuência de seu superior imediato, enquanto não apresentada impugnação e não inscrito o crédito em dívida ativa, cientificando o sujeito passivo e devolvendo-lhe o prazo para apresentação da impugnação ou pagamento do débito fiscal com desconto previsto em lei”.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 45 da lei 14.107/2005, “Cabe recurso ordinário da decisão final proferida em primeira instância”, e não recurso de revisão.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 2º, §2º da lei 14.107/2005 “Os meios de intimação previstos nos incisos I, II e III do § 1º não estão sujeitos a ordem de preferência.”

A alternativa C está incorreta, conforme determina o art. 6º da lei 14.107/2005, “A Administração Tributária não executará procedimento fiscal quando os custos claramente superem a expectativa do correspondente benefício tributário, conforme disposto no regulamento.”

A alternativa E está incorreta, uma vez que, conforme art. 35-B da lei 14.107/2005, o pedido será dirigido à Presidência do Conselho Municipal de Tributos.

**QUESTÃO 71. Considera-se que determinado estado da Federação tenha aprovado lei em cujo texto conste o seguinte dispositivo legal:**

**“O estado X repassará aos municípios, até o décimo dia subsequente aos da quinzena vencida, as parcelas do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) e de outros tributos a que têm direito.”**

**Este dispositivo, segundo a jurisprudência do STF, é**

**a) constitucional, haja vista a inexistência de lei complementar federal que trate do prazo para liberação dos repasses das receitas tributárias.**

**b) inconstitucional, porque ao município não pertence qualquer parcela referente aos ICMS.**

**c) constitucional, porque é compatível com lei complementar federal que trata do prazo para liberação dos repasses das receitas tributárias.**

**d) constitucional, visto que, apesar de existir lei complementar federal que trata das matérias de forma diversa, predomina o interesse regional para tratar do prazo para liberação dos repasses das receitas tributárias.**

**e) inconstitucional, em razão de conflitar com lei complementar federal que trata de forma diversa o prazo para liberação dos repasses das receitas tributárias.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.



A alternativa E está correta, com base nos seguintes fundamentos. A questão aborda a ADI nº 1046/MA. Julgado em que, foi determinado que “A matéria de direito financeiro é competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, I, da Constituição Federal), de modo que é atribuição da União inovar a ordem jurídica, por meio de lei, que disponha sobre normas gerais financeiras, o que é o caso do prazo para liberação dos repasses das receitas tributárias, à luz da predominância do interesse nacional.”

Dessa forma, as alternativas “a”, “c” e “d” estão incorretas.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 158, IV da CF/88 dispõe que pertencem aos municípios, “vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.”

**QUESTÃO 72. De acordo com a lei de responsabilidade fiscal, o projeto de lei orçamentaria anual deverá**

- a) dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.**
- b) ser acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.**
- c) consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, mesmo que tal verba não esteja prevista no plano plurianual.**
- d) conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base nas metas de resultado primário, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.**
- e) conter o anexo de riscos fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com informações das providências a serem tomadas caso eles se concretizem.**

**Comentários**

A questão trata sobre o projeto de lei orçamentária anual (PLOA).

A alternativa correta é a **Letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas é requisito da LDO, conforme art. 4º, I, “a”.

A alternativa C está incorreta, conforme art. 5º, §5º, da LRF: “A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 5º, III, da LRF: “III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: [...]”

A alternativa E está incorreta, pois o anexo de riscos fiscais é peça constante da LDO, e não da LOA, conforme art. 4º, §3º, da LRF.

**QUESTÃO 73. Relativamente ao montante da trinta salários mínimos para a requisição de pequeno valor previsto no art. 87, inciso 2 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município de São Paulo**

- a) pode fixar o valor em patamar inferior ao previsto para o pagamento de suas requisições de pequeno valor, desde que mediante lei e em consonância com a sua capacidade econômica.**



**b) não pode fixar o valor em patamar inferior ao previsto para o pagamento de suas requisições de pequeno valor.**

**c) não pode fixar o valor em patamar inferior ao previsto para o pagamento de suas requisições de pequeno valor, salvo se houver decretação de calamidade pública.**

**d) pode fixar com ampla discricionariedade o valor em patamar inferior ao previsto para o pagamento de suas requisições de pequeno valor, desde que mediante decreto do prefeito.**

**e) pode fixar com ampla discricionariedade o valor em patamar inferior ao previsto para o pagamento de suas requisições de pequeno valor, desde que mediante a lei.**

### **Comentários**

A questão trata sobre requisição de pequeno valor.

A alternativa correta é a **Letra A**. O Supremo Tribunal Federal fixou no Tema de Repercussão Geral nº 1231 as seguintes teses: “(I) As unidades federadas podem fixar os limites das respectivas requisições de pequeno valor em patamares inferiores aos previstos no artigo 87 do ADCT, desde que o façam em consonância com sua capacidade econômica. (II) A aferição da capacidade econômica, para este fim, deve refletir não somente a receita, mas igualmente os graus de endividamento e de litigiosidade do ente federado. (III) A ausência de demonstração concreta da desproporcionalidade na fixação do teto das requisições de pequeno valor impõe a deferência do Poder Judiciário ao juízo político-administrativo externado pela legislação local.”

Ou seja, desde que condizente com sua capacidade econômica e observando a proporcionalidade, é possível que os entes federados fixem limites para o RPV menores do que os previstos no artigo 87 do ADCT.

### **QUESTÃO 74. O regime de adiantamento previsto na Lei n 4.320/1964**

**I constitui excepcionalidade ao pagamento de despesa por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados.**

**II é aplicável aos casos de despesas não definidas em lei.**

**III representa a entrega de numerário a servidor, independentemente de empenho, para o fim de realizar despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação.**

**IV não pode ser utilizado para servidor em alcance.**

**V não pode ser utilizado para servidor responsável por outro adiantamento.**

**Assinale a opção correta**

**a) Apenas os itens I e IV estão certos**

**b) Apenas os itens II e III estão corretos**

**c) Apenas os itens I, II e V estão certos**

**d) Apenas os itens III, IV e V estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

A questão trata sobre o regime de adiantamento previsto na Lei nº 4.320/64.

A alternativa correta é a **Letra A**. Para responder a questão, vejamos item a item.

O Item I está correto, conforme o art. 65 da referida lei: “O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.”



O Item II está errado, conforme o art. 68 da referida lei: “O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.”

O Item III está errado, também conforme o artigo transcrito acima.

O Item IV está correto, conforme o art. 69 da referida lei: “Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.”

O Item V está errado, também conforme o artigo transcrito acima. Somente não será concedido adiantamento a servidor já responsável por dois adiantamentos.

**QUESTÃO 75. O prefeito de determinado município deseja obter recursos para a realização de obras de cobertura de pavimento asfáltico em vias urbanas. Para tanto, ele pretende formalizar um contrato cujo objeto é o recebimento antecipado de valores devidos pela empresa São Pedro Transporte S.A., empresa de economia mista responsável pela gestão do sistema de transporte público de passageiros da cidade, cujo acionista majoritário é a prefeitura do município.**

Nessa situação hipotética, de acordo com as normas de direito financeiro, a pretensão do prefeito é

- a) legalmente prevista, uma vez que a operação decorre de dívida líquida e certa dívida pela empresa ao município.
- b) admitida, visto que o contrato a ser firmado não se enquadra como operação de crédito.
- c) autorizada, haja vista que o município pode validamente contratar operação de crédito com sua empresa de economia mista.
- d) vedada, visto que, apesar de não se tratar de operação de crédito, os recursos destinados a investimentos devem originar-se da receita orçamentária.
- e) vedada, pois o contrato a ser firmado equipara-se a uma operação de crédito.

#### **Comentários**

A questão trata sobre operações de crédito e despesas públicas.

A alternativa correta é a **Letra E**, conforme art. 37, II, da LC 101/00: “Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados: II - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;”

**QUESTÃO 76. Entre os princípios que regem a seguridade social estabelecidos na CF, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento é**

- a) restrito aos que não possuem nenhuma espécie de proteção social, em caso de infortúnio que provoque a incapacidade da pessoa de prover a própria subsistência.
- b) restrito apenas aos que mantêm vínculo efetivo com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tendo por objetivo a concessão de benefícios e serviços capazes de garantir o sustento do segurado em caso de infortúnio.
- c) extensivo a todos aqueles que necessitem de proteção social, independentemente de vínculo com qualquer espécie de regime previdenciário.



**d) restrito aos ex-segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que, em decorrência de desemprego involuntário, encontrem-se sem proteção securitária.**

**e) extensivo apenas aos que mantêm vínculo com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou com regime próprio de previdência social (RPPS), em caso de infortúnio que provoque a necessidade de proteção previdenciária.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, consagrado no art. 194, parágrafo único, I, da CF, não é restrito aos que não possuem nenhuma espécie de proteção social. Ao revés, o viés subjetivo da universalidade orienta que a seguridade social deverá alcançar o maior número de pessoas que necessitem de recursos, sejam elas ricas ou pobres. O que deve orientar, portanto, a abrangência da seguridade social é a incidência em um risco tutelado pelo ordenamento, pouco importando se a pessoa que necessita de proteção dispõe ou não de recursos financeiros.

Observe, por exemplo, que um indivíduo milionário pode, perfeitamente, se assim desejar, ser atendido no sistema público de saúde (SUS), independente de qualquer contribuição específica para o sistema, já que a saúde (ramo da seguridade social) é gratuita e independe de contribuições.

A alternativa B está incorreta. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

SEGURIDADE SOCIAL = saúde + assistência social + previdência social

Dos três ramos da seguridade, apenas a previdência social é de caráter contributivo. A saúde e a assistência social, portanto, serão prestadas a quem dela necessitar, independentemente do pagamento de contribuições diretas dos usuários.

A assertiva, todavia, incorre em grave equívoco, restringindo a aplicação do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento “apenas aos que mantêm vínculo efetivo com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tendo por objetivo a concessão de benefícios e serviços capazes de garantir o sustento do segurado em caso de infortúnio”. Veja: a seguridade social prescinde de filiação específica ou mesmo de contribuição.

A alternativa C está correta. De fato, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento é extensivo a todos aqueles que necessitem de proteção social, independentemente de vínculo com qualquer espécie de regime previdenciário. Trata-se, de acordo com Frederico Amado, do viés subjetivo da universalidade, que se refere às pessoas destinatárias das prestações securitárias.

A alternativa D está incorreta. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, como o próprio nome já sugere, visa alcançar o maior número de pessoas que necessitem de cobertura, não sofrendo restrições motivadas pela filiação a determinado regime de previdência social.

Observe-se, ademais, que a seguridade social engloba a saúde, a assistência e a previdência. Apenas este último ramo é de filiação obrigatória e exige o pagamento de contribuições. Saúde e assistência, a seu turno, prescindem de filiação e de pagamentos diretos ao sistema.

Assim, incabível a restrição da aplicação do princípio aos ex-segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) já que a filiação ou não a regime previdenciário é irrelevante para fins de proteção securitária.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários às alternativas anteriores, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento tem escopo amplo, incidindo sob todos que necessitarem da seguridade social. Desarrazoada qualquer correlação ou mesmo restrição quanto à vinculação a regimes de previdência social.



Destaque-se, por oportuno, que a previdência é apenas um dos ramos da seguridade social, o único de filiação obrigatória e de caráter contributivo.

**QUESTÃO 77. A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e o RPPS dos Servidores do Município de São Paulo é**

- a) inadmissível, uma vez que a lei que disciplina o RPPS dos Servidores do Município de São Paulo não contempla essa possibilidade.**
- b) admissível desde que o segurado complemente o valor da contribuição decorrente das diferenças de alíquotas aplicadas entre um sistema e outro.**
- c) inadmissível tão somente para efeito de aposentadoria por tempo de contribuição.**
- d) inadmissível tão somente para aposentadoria compulsória e aposentadoria especial por efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.**
- e) admissível para qualquer espécie de aposentadoria, hipótese em que os referidos sistemas se compensarão financeiramente.**

**Comentários**

A resposta correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A contagem recíproca do tempo de serviço é um direito assegurado pela Constituição do Brasil, conforme art. 201, § 9º, da CF, com redação dada pela EC 103/2019: “Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

Em virtude da previsão constitucional, tem-se que o tão só fato de a lei que disciplina o RPPS dos Servidores do Município de São Paulo não consagrar o direito à contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e o RPPS não é suficiente para obstar o seu exercício.

A alternativa B está incorreta. Não há qualquer previsão de complementação do valor da contribuição decorrente das diferenças de alíquotas aplicadas entre um sistema e outro. Para o reconhecimento do direito à contagem recíproca do tempo de serviço entre o RGPS e o RPPS, basta que as contribuições tenham observado a normativa aplicável ao sistema de origem, sendo irrelevante qualquer diferença de alíquota entre os sistemas.

A alternativa C está incorreta. A contagem recíproca é admitida, inclusive, para fins de aposentadoria por tempo de contribuição (não há a vedação estabelecida pela assertiva). O art. 201, § 9º, da CF não faz qualquer restrição às espécies de aposentadoria. Sua redação literal, em verdade, permite o cômputo do tempo de contribuição “para fins de aposentadoria”, genericamente.

A alternativa D está incorreta. A migração do tempo de contribuição entre os regimes de previdência social não se limita aos benefícios da aposentadoria compulsória e da aposentadoria especial por efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde. Possível o seu cômputo para as aposentadorias em geral, a incluir, por exemplo, a aposentadoria por tempo de contribuição, não mencionada pela assertiva.

Observe que o art. 201, § 9º, da CF não faz qualquer restrição às espécies de aposentadoria. Sua redação literal, em verdade, permite o cômputo do tempo de contribuição “para fins de aposentadoria”, genericamente.



A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 201, § 9º, da CF.

**QUESTÃO 78.** João, servidor público titular de cargo efetivo com vinculação ativa ao RPPS dos Servidores do Município de São Paulo, contribuía regularmente para o custeio desse regime previdenciário, quando, em fevereiro de 2023, faleceu. Ele era viúvo e morava com seu pai, Pedro, de 74 anos de idade, e com seus três filhos: Francisco, de 21 anos de idade; Roberto, de 23 anos de idade; e Carlos, de 26 anos de idade. Francisco e Roberto são solteiros e estudantes universitários. Carlos é pessoa com deficiência intelectual congênita. João era provedor econômico de seu pai e de todos os filhos, pois nenhum deles possuía fonte de renda.

Na situação hipotética apresentada, de acordo com o Decreto municipal n.º 61.150/2022, a pensão por morte de João

- a) será devida tanto ao pai dele quanto a todos os filhos dele.
- b) não será devida ao pai dele nem a nenhum dos filhos dele.
- c) será devida apenas a Pedro, seu pai.
- d) será devida apenas a Pedro, seu pai, e a Carlos, filho que é pessoa com deficiência intelectual congênita.
- e) será devida apenas a Francisco, Roberto e Carlos, seus três filhos.

#### Comentários

A resposta correta é a **letra E**, pois a pensão por morte somente será devida a Francisco, Roberto e Carlos, os três filhos de João.

De acordo com o Decreto municipal n.º 61.150/2022, para fins de recebimento de pensão por morte serão considerados dependentes os filhos menores de 21 anos de idade, inválidos, que tenham deficiência grave ou que tenham deficiência intelectual ou mental. Possível, ainda, a teor do § 4º do art. 5º do Decreto em comento, a extensão da condição de dependente até que os filhos completem 25 anos de idade desde que sejam estudantes de ensino fundamental, de ensino médio, de educação superior ou de cursos para a educação de jovens adultos. Vejamos: “São dependentes do segurado para fins de recebimento de pensão: I - o filho, de qualquer condição, que atenda a 1 (um) dos seguintes requisitos: a) seja menor de 21 (vinte e um) anos de idade, solteiro; b) seja inválido; c) tenha deficiência grave; ou d) tenha deficiência intelectual ou mental; (...) VI - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica, nos termos deste decreto, do servidor ou do aposentado; (...) § 2º A dependência econômica dos dependentes previstos nos incisos I a V do “caput” é presumida e a dos demais deverá ser comprovada. § 3º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a V do “caput” exclui os beneficiários referidos nos incisos VI e VII. § 4º A condição de dependente poderá ser estendida até que sejam completados 25 (vinte e cinco) anos de idade para o filho e irmão estudante de ensino fundamental, de ensino médio, de educação superior, de escola técnica de ensino médio ou de cursos para a educação de jovens e adultos, conforme dispuser ato do IPREM.”

João possuía três filhos:

- **Francisco**, de 21 anos de idade: **considerado dependente**, na forma do art. 5º, I, “a”, do Dec. Municipal em comento e do art. 5º, § 4º, já que é **estudante universitário**.

- **Roberto**, de 23 anos de idade: **considerado dependente** por força da extensão prevista no art. 5º, § 4º, do Decreto, já que é **estudante universitário**.



- Carlos, de 26 anos de idade, pessoa com deficiência intelectual congênita: **considerado dependente**, eis que se enquadra na alínea “d” do mencionado dispositivo, sendo irrelevante a sua idade, já que possui **deficiência intelectual ou mental**.

Vale registrar, ainda, que o pai de João, Pedro, de 74 anos, não será considerado dependente porque, a teor do art. 5º, § 3º, a concessão de pensão aos filhos (inciso I) exclui os pais (inciso VI) da condição de beneficiários.

### **QUESTÃO 79. No que se refere à previdência social do setor público do Brasil**

**julgue os itens a seguir.**

**I. O professor que acumular dois cargos públicos nessa função, vinculados a entes federativos diversos, e que completar o tempo de contribuição para efeito de aposentadoria em ambos os cargos não poderá acumular duas aposentadorias.**

**II O plano de benefícios do regime de previdência complementar dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo da União será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.**

**III O agente público federal que ocupa exclusivamente cargo em comissão declarado, em lei, de livre nomeação e exoneração tem seus direitos previdenciários regulamentados pelo RPPS dos servidores da União.**

**IV O servidor titular de cargo efetivo da União que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente a 50% do valor a que teria direito se tivesse entrado em gozo da aposentadoria.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas o item III está certo.**
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.**
- e) Apenas os itens I, III e IV estão certos.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**, pois apenas o item II está correto.

O item I está incorreto. A CF/88, em seu art. 37, XVI, “a”, permite a cumulação de dois cargos de professor. Vejamos: “ é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor;”

Deste modo, o professor que acumular dois cargos públicos nessa função, vinculados a entes federativos diversos, e que completar o tempo de contribuição para efeito de aposentadoria em ambos os cargos não poderá acumular duas aposentadorias, na forma do art. 40, § 6º, da CF: “Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.”



O item II está correto. É este o teor do art. 40, § 15, da CF: “O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.”

O Item III está incorreto. O agente público federal que ocupa exclusivamente cargo em comissão declarado, em lei, de livre nomeação e exoneração tem seus direitos previdenciários regulamentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a teor do art. 40, § 13, da CF/88 (com redação dada pela EC 103/2019): “Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

O item IV está incorreto. De fato, o servidor titular de cargo efetivo da União que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência. Incorreta, todavia, a parte final da assertiva. Atualmente, o abono de respondência tem valor equivalente ao da contribuição previdenciária paga pelo servidor. De acordo com o § 19 do art. 40 da CF, o valor do abono de permanência será equivalente, no máximo, ao valor vertido pelo servidor a título de contribuição previdenciária. Como ainda não há lei regulando o tema, aplica-se o disposto no art. 3º, § 3º, da EC 103/2019, que institui que o valor do abono será igual ao da contribuição: “Até que entre em vigor lei federal de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o servidor de que trata o caput que tenha cumprido os requisitos para aposentadoria voluntária com base no disposto na alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, na redação vigente até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, no art. 2º, no § 1º do art. 3º ou no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, que optar por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.”

**Questão 80. Acerca do regime de previdência complementar, julgue os itens que se seguem.**

**I. O regime de previdência complementar adota o regime financeiro de capitalização, com formação de reservas constituídas pelas contribuições recebidas e rentabilidade dos recursos investidos, com vistas ao pagamento dos benefícios ao longo do tempo.**

**II. A adesão ao regime previdência complementar é facultativa e desvinculada da previdência pública - RGPS e RPPS.**

**III. As entidades fechadas de previdência complementar podem ter fins lucrativos, sendo constituídas sob a forma de sociedades anônimas, com o objetivo de instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário.**

**IV. A Emenda Constitucional n.º 103/2019 impôs a todos os entes federativos a obrigação de instituir regime de previdência complementar aos seus servidores em até dois anos da data da sua entrada em vigor.**

**Estão certos apenas os itens**

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.



**e) II, III e IV.**

**Comentários**

A resposta correta é a **letra C**, pois estão certos apenas os itens II e IV.

O item I está incorreto. De fato, o regime de previdência complementar adota o regime financeiro de capitalização, com a formação de reservas constituídas pelas contribuições recebidas e rentabilidade dos recursos investidos.

A parte final do item, todavia, incorre em equívoco ao mencionar que os benefícios serão pagos ao longo do tempo, isto porque existe também a possibilidade de os recursos investidos serem pagos na forma de pagamento único. É o que se extrai da LC 109/2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar: “Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.”

O item II está correto. Conforme previsto no art. 202 da CF, a adesão ao regime previdência complementar é de caráter facultativo, gozando de autonomia em relação ao RGPS e ao RPPS: “O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.” No mesmo sentido é o art. 1º da LC 109/2001: “O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.”

O item III está incorreto. As entidades fechadas de previdência complementar serão constituídas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos. Assim a LC 109/2001, Art. 31, § 1º: “As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.” O item se refere, na verdade, às entidades abertas de previdência complementar. Estas, sim, podem ter fins lucrativos, sendo constituídas sob a forma de sociedades anônimas, com o objetivo de instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário. É o que consta do art. 36 da LC 109/2001: “As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.”

O item IV está correto, trazendo a literalidade do art. 9º, § 6º, da EC 103/2019, in verbis: “A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.”

**QUESTÃO 81. No que tange aos tipos de relação de trabalho, assinale a opção correta.**

**a) O trabalhador em domicílio, que efetua as atividades em sua habitação por conta do empregador, possui os mesmos direitos e deveres do trabalhador que realiza atividades na sede da empresa.**

**b) A continuidade e a exclusividade na prestação de serviços impedem a caracterização do contrato de trabalho como autônomo, por serem requisitos da relação de emprego.**



c) A existência de penalidade disciplinar no Estatuto do Policial Militar impede o reconhecimento da relação de emprego decorrente do trabalho particular prestado por policial militar diretamente a empresa privada.

d) O trabalho temporário pode ser realizado mediante contrato escrito celebrado entre o trabalhador e a tomadora de serviços, desde que para atender a necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou demanda complementar de serviços.

e) É vedada a utilização da modalidade de contrato de trabalho temporário para a atividade fim da contratante.

### Comentários

A questão trata sobre relações de trabalho.

A alternativa correta é a **Letra A**, conforme o art. 6º da CLT: “Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.”

A alternativa B está incorreta, conforme o art. 442-B, da CLT: “A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.”

A alternativa C está incorreta, conforme Súmula 386 do TST: “Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.”

A alternativa D está incorreta, pois o contrato de trabalho temporário é celebrado entre o trabalhador e a empresa PRESTADORA de serviços, e não com a tomadora.

A alternativa E está incorreta, conforme o Tema de Repercussão Geral nº 725 do STF: “**Tema 725 - Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.** É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.” e art. 9º, §3º, da Lei nº 6.019/74: “O contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços”.

**QUESTÃO 82. No que concerne a sucessão trabalhista e grupos econômicos, assinale a opção correta, com base na consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST)**

a) Na sucessão de empresas, os débitos trabalhistas devidos por empresa sucessora que se encontre em liquidação extrajudicial não sofrem a incidência de juros de mora, ficando também a empresa sucedida desincumbida de tal ônus.

b) Caracterizará necessariamente grupo econômico o fato de uma ou mais empresas estarem sob controle e administração de outra ou, ainda, o fato de haver identidade de sócios.

c) Alterações na estrutura jurídica da empresa não afetam os direitos adquiridos dos empregados, mas os sócios retirantes respondem solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figuraram como sócios nas ações ajuizadas pelo prazo de até três anos depois de averbadas as modificações contratuais.

d) Comprovada a fraude na sucessão empresarial, a empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora quanto às obrigações trabalhistas.



**e) Em regra, a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico durante a mesma jornada de trabalho caracteriza a coexistência de mais de um contrato de emprego, conforme jurisprudência dominante.**

### **Comentários**

A questão trata sobre sucessão empresarial.

A alternativa correta é a **Letra D**, conforme art. 448-A, da CLT: “Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores prevista nos arts. 10 e 448 desta Consolidação, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor. Parágrafo único. A empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.”

A alternativa A está incorreta, nos termos da OJ 408 da SbDI-1 do TST: “É devida a incidência de juros de mora em relação aos débitos trabalhistas de empresa em liquidação extrajudicial sucedida nos moldes dos arts. 10 e 448 da CLT. O sucessor responde pela obrigação do sucedido, não se beneficiando de qualquer privilégio a este destinado.”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 2º, §3º, da CLT: “§ 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 10º-A, da CLT: “O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência:”

A alternativa E está incorreta, trata-se da teoria do grupo econômico como empregador único prevista na Súmula nº 129 do TST: “A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.”

### **QUESTÃO 83. Acerca de terceirização no serviço público, assinale a opção correta**

**a) Na terceirização do serviço público, a empresa contratante transfere ao contratado, pessoa física ou jurídica prestadora de serviços, a execução de quaisquer de suas atividades.**

**b) Constatada irregularidade na contratação de trabalhador em terceirização trabalhista com ente de administração pública, será reconhecido o vínculo de emprego do obreiro com a tomadora de serviço.**

**c) Os empregados da pessoa jurídica prestadora de serviços terceirizados tem direito a atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências da contratante, sendo este um dos motivos que ensejam a proibição de subcontratação de outras empresas para a efetiva realização dos serviços da prestadora.**

**d) A administração pública e o contratado são responsáveis diretos e solidários pelos encargos trabalhistas e previdenciários resultantes da execução do contrato de prestação de serviços terceirizados, sendo que a inadimplência pode restringir o uso de obras e edificações.**

**e) Ao contratar serviços contínuos com regime de dedicações exclusiva de mão de obra, a administração pode dispor em edital que os valores destinados a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.**

### **Comentários**



A questão trata sobre terceirização na administração pública.

A alternativa correta é a **Letra E**, conforme art. 121, §3º, V, da Lei nº 14.133/21: “Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. § 3º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas: V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.”

A alternativa A está incorreta, pois a terceirização somente pode ser feita a outra pessoa jurídica, a teor do art. 4º-A, da Lei nº 6.019/74: “Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.”

A alternativa B está incorreta, conforme Súmula 331, II, do TST: “II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).”

A alternativa C está incorreta, pois não é vedada a subcontratação: “§ 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços.”

A alternativa D está incorreta, conforme a Súmula nº 331, V, do TST: “V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.”. Assim, a responsabilidade da administração pública é subsidiária, e não solidária.

**QUESTÃO 84. Conforme a jurisprudência do TST quanto aos dissídios individuais em que a fazenda pública seja parte, estará sujeita ao reexame necessário a decisão.**

- a) contrária à fazenda pública, cuja condenação for em valor correspondente a mil salários mínimos para os estados.**
- b) fundada em súmula ou orientações jurisprudencial do TST.**
- c) fundamentada em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recurso repetitivo.**
- d) fundada em atendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.**
- e) consubstanciada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.**

#### **Comentários**

A questão trata sobre o reexame necessário no processo do trabalho.

A alternativa correta é a **Letra A**, conforme a Súmula nº 303, do TST: “FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO. (nova redação em decorrência do CPC de 2015) I - Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário, mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a: a) 1.000 (mil) salários mínimos para a



União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; b) 500 (quinhentos) salários mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; c) 100 (cem) salários mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. II - Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: a) súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; d) entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa. III - Em ação rescisória, a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses dos incisos anteriores. IV - Em mandado de segurança, somente cabe reexame necessário se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.”

As demais alternativas traduzem hipóteses em que não é cabível o reexame necessário, à luz da Súmula 303 do TST, que regula o reexame necessário na Justiça do Trabalho.

**QUESTÃO 85. Assinale a opção correta acerca dos dissídios individuais e dos processos de jurisdição voluntária na justiça do trabalho.**

- a) Caso sejam interpostos recursos ordinários separadamente por duas empresas solidariamente condenadas ao pagamento de verbas rescisórias, a primeira peça recursal requerendo a improcedência do pedido de horas extras e a segunda alegando ilegitimidade e solicitando a sua exclusão de lide, o depósito recursal efetuado pela primeira recorrente será suficiente para o julgamento de mérito dos dois recursos pelo tribunal.
- b) Na audiência de julgamento, o reclamado deverá estar presente ou fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento dos fatos e seja empregado da parte reclamada.
- c) A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos trabalhistas nela especificados, voltando a fluir a contagem a partir do dia útil seguinte ao do trânsito em julgado de decisão que negar a homologação do acordo.
- d) Se apenas o advogado do reclamado, sem a presença deste ou de seu preposto, estiver presente em audiência de julgamento, ele poderá apresentar os documentos necessários, mas a contestação não será aceita pelo juízo em virtude das ausências mencionadas.
- e) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta das partes, sendo obrigatória a representação por advogado, ainda que comum a ambas.

**Comentários**

A questão trata sobre dissídios individuais e processos de jurisdição voluntária na justiça do trabalho.

A alternativa correta é a **Letra C**. Conforme o art. 855-E, da CLT: “A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados. Parágrafo único. O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.”

A alternativa A está incorreta, conforme a Súmula nº 128, III, do TST: “Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide”



A alternativa B está incorreta, conforme art. 843, §3º, da CLT: “O preposto a que se refere o § 1º deste artigo não precisa ser empregado da parte reclamada. “

A alternativa D está incorreta, conforme art. 844, §5º, da CLT: “Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 855-B, §1º, da CLT: “O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado. § 1º As partes não poderão ser representadas por advogado comum.”

**QUESTÃO 86. Marcos foi denunciado e condenado pela prática dos delitos de peculato e falsificação de documento público. As penas foram fixadas em 2 anos e 10 dias-multa para cada um dos delitos. Na sentença, considerando que, mediante uma única ação com desígnios autônomos, o réu praticou dois crimes distintos, o juízo aumentou a reprimenda em 1/6, fixando a sanção definitiva, em relação à pena privativa de liberdade, em 2 anos e 4 meses.**

**Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que houve o reconhecimento do**

**a) Crime continuado, caso em que a aplicação das penas de multa deve seguir o sistema do cúmulo material.**

**b) Concurso formal de crimes, caso em que a aplicação das penas de multa deve seguir o sistema da exasperação.**

**c) Crime continuado, caso em que a aplicação das penas de multa deve seguir o sistema da exasperação.**

**d) Concurso material de crimes, caso em que a aplicação das penas de multa deve seguir o sistema do cúmulo material.**

**e) Concurso formal de crimes, caso em que a aplicação das penas de multa deve seguir o sistema do cúmulo material.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. Trata-se de concurso formal, pois houve uma conduta com dois resultados criminosos, de forma que se aplica o artigo 70, primeira parte, do Código Penal, adotando-se o sistema da exasperação. Vejamos: “Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.”

Em todo caso, tanto no concurso formal quanto material, a pena de multa deverá ser somada, nos termos do art. 72 do Código Penal, que assim dispõe: “No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.”

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à assertiva E.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à assertiva E.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à assertiva E.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à assertiva E.



**QUESTÃO 87.** João, servidor público efetivo municipal, foi condenado por crime que causou prejuízo de R\$ 100.000 ao município de São Paulo – SP.

Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta.

- a) A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime e a perda do cargo público são efeitos extrapenais genéricos da condenação, não se exigindo declaração expressa na sentença quanto à sua incidência.
- b) A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é feito extrapenal específico e a perda do cargo público é feito extrapenal genérico da condenação, exigindo-se a declaração motivada na sentença unicamente em relação ao primeiro, desde que a pena aplicada seja superior a quatro anos.
- c) A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime e a perda do cargo público são efeitos extrapenais específicos da condenação, devendo ambos ser motivadamente declarados na sentença.
- d) A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é feito extrapenal genérico e a perda do cargo público é feito extrapenal específico da condenação, exigindo-se a declaração motivada da sentença unicamente em relação ao segundo, independentemente da pena aplicada.
- e) A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é feito extrapenal genérico e a perda do cargo público é feito extrapenal específico da condenação, exigindo-se a declaração motivada da sentença unicamente em relação ao segundo, desde que a pena aplicada seja superior a quatro anos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E. Questão passível de recurso.**

Quanto à obrigação de reparar o dano, o Código Penal a prevê como efeito extrapenal genérico, o que a doutrina apontar se automático. A sua previsão está no artigo 91, inciso I, do CP.

No que se refere à perda do cargo, por sua vez, o Código o traz dentre os efeitos penais específicos, no artigo 92, inciso I. Neste caso, o parágrafo único do artigo 92 prevê expressamente não se tratar de efeito automático, por depender de declaração motivada na sentença.

O problema é a pena exigida para a sua imposição, nos termos da lei: “São também efeitos da condenação: I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública; b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.”

Considerando as alternativas disponíveis, a questão teria como gabarito a alternativa E, que traz a exigência de um quantum mínimo de pena para esse efeito extrapenal da condenação, consistente na pena ser superior a 4 anos.

O que torna questionável essa solução é que se menciona expressamente o prejuízo dado ao Município por seu servidor, ficando implícito o fato de que violou algum dever para com a Administração. Assim, a opção seria de pena mínima de 1 ano, opção que não encontra guarida em nenhuma alternativa. Por isso, seria possível questionar o gabarito da questão. Cabe recurso, portanto.

**QUESTÃO 88.** Considerando as disposições do Código Penal, assinale a opção correta.

- a) O exercício legal de direito afasta a culpabilidade do agente e o excesso é punível se doloso ou culposos.
- b) O estado de necessidade afasta a ilicitude da conduta e o excesso só é punível se doloso.
- c) O estrito cumprimento de dever legal afasta a culpabilidade do agente e se aplica exclusivamente aos funcionários públicos.



**d) O exercício legal de direito afasta a ilicitude da conduta e o excesso é punível se doloso ou culposo.**

**e) A legítima defesa afasta a ilicitude da conduta e o excesso só é punível se doloso.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O exercício legal de direito trata-se de hipótese de excludente de ilicitude, na forma do art. 23, III do Código Penal.

A alternativa B está incorreta. De fato, o estado de necessidade afasta a ilicitude da conduta. Entretanto, o excesso é punível tanto cometido de forma dolosa quanto culposa, conforme se depreende do parágrafo único do art. 23 do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. O estrito cumprimento de dever legal trata-se de hipótese de excludente da ilicitude, na forma do art. 23, III do Código Penal. Além disso, há divergência doutrinária sobre se o estrito cumprimento de dever legal é aplicável apenas aos funcionários públicos.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 23, III e parágrafo único, do Código Penal: “Não há crime quando o agente pratica o fato: III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.”

A alternativa E está correta. De fato, a legítima defesa afasta a ilicitude da conduta. Entretanto, o excesso é punível tanto cometido de forma dolosa quanto culposa, conforme se depreende do parágrafo único do art. 23 do Código Penal.

**QUESTÃO 89. Francisco foi autuado administrativamente por infração ambiental e, por esse motivo, firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) com o órgão competente. Não obstante, o Ministério Público ofereceu denúncia contra ele pelo mesmo fato. Na sua resposta, Francisco alegou que a assinatura do TAC impediria o oferecimento da ação penal. No mérito, pediu o reconhecimento do princípio da insignificância.**

**Considerando a situação hipotética apresentada e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do assunto, assinale a opção correta.**

**a) A assinatura do TAC configura óbice à persecução penal em juízo e o princípio da insignificância não se aplica aos crimes ambientais.**

**b) A assinatura do TAC não configura óbice à persecução penal em juízo e o princípio da insignificância se aplica aos crimes ambientais.**

**c) A assinatura do TAC configura óbice à persecução penal em juízo e o princípio da insignificância se aplica aos crimes ambientais.**

**d) A assinatura do TAC não configura óbice à persecução penal em juízo e o princípio da insignificância não se aplica aos crimes ambientais.**

**e) A assinatura do TAC configura óbice à persecução penal em juízo e o princípio da insignificância se aplica aos crimes ambientais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Sobre o TAC, o STJ decide reiteradamente que o termo de ajustamento de conduta não retira a justa causa para a ação penal, exatamente em razão da independência de instâncias. Uma vez tipificada a infração penal, o acordo firmado entre o agente e o Ministério Público não tem o condão de simplesmente elidir o crime: “A



assinatura do termo de ajustamento de conduta, firmado entre o Ministério Público estadual e o suposto autor de crime ambiental, não impede a instauração da ação penal, pois não elide a tipicidade penal. Ademais, há independência entre as esferas administrativa, cível e penal” (REsp 1.154.405/MG, DJe 25/05/2017). “Conforme a orientação deste Superior Tribunal, “A assinatura do termo de ajustamento de conduta não obsta a instauração da ação penal, pois esse procedimento ocorre na esfera cível, que é independente da penal ” (RHC 24.499/SP, 6.ª Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 03/10/2011)” (HC 187.842/RS, DJe 25/09/2013).

Sobre o princípio da insignificância no STJ para crimes ambientais, a decisão (AgRg no REsp 1847810/PR 2020) relator o ministro Nefi Cordeiro: “AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. ART. 40 DA LEI 9.605/98. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. LESIVIDADE AO BEM JURÍDICO TUTELADO. TIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Somente se admite a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, conceito no qual se inserem não apenas questões jurídicas ou a dimensão econômica da conduta, mas o equilíbrio ecológico que faz possíveis as condições de vida no planeta. 2. A extração de 150 cabeças de palmitos in natura da espécie *Euterpe edulis* Martius, vulgarmente conhecida como palmito-juçara, ameaçada de extinção e relacionada na Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (Portaria MMA nº 443/2014), afasta a incidência do princípio da insignificância. 3. Agravo regimental improvido.” (AgRg no REsp 1847810/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2020, DJe 25/05/2020)

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à assertiva B.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à assertiva B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à assertiva B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à assertiva B.

**QUESTÃO 90. Em relação aos crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta.**

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação da prova configura abuso de autoridade.**
- b) São penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão temporária e sem vencimentos do cargo, função ou mandato, as quais podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.**
- c) Apenas membros de Poderes podem ser sujeitos ativos de tais infrações penais, excluída a possibilidade da prática por procuradores municipais.**
- d) A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.**
- e) A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Lei nº 13.869/2019, Art. 1º, § 2º. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

A alternativa B está correta. Seção II - Das Penas Restritivas de Direitos. Art. 5º As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são: I - prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; II - suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6



(seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens; Parágrafo único. As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

A alternativa C está incorreta. Lei nº 13.869/2019, Art. 2º. É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território (...)

A alternativa D está incorreta. Lei nº 13.869/2019, Art. 3º. Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

A alternativa E está incorreta. Lei nº 13.869/2019, Art. 4º. São efeitos da condenação: Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

**QUESTÃO 91. Com base no que dispõe o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003), assinale a opção correta.**

**a) Essa lei destina-se a regular os direitos assegurados somente às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.**

**b) A União e os estados, mas não os municípios, são entes legitimados a ajuizar ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos e individuais dos idosos.**

**c) A pessoa idosa receberá restituição do imposto de renda conforme a data de entrega da respectiva declaração, sem tratamento prioritário.**

**d) Entre as pessoas idosas, não existe grupo etário com prioridade especial.**

**e) A obrigação de prestar alimentos à pessoa idosa é solidária, podendo esta optar por apenas um dos prestadores obrigados.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda diversos dispositivos da Lei 10.741/2003, o Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 1º do Estatuto da Pessoa Idosa: “É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 81, II, do Estatuto da Pessoa Idosa: “Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente: (...) II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;”

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 3º, §1º, IX, do Estatuto da Pessoa Idosa: “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende: (...) IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.”

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 3º, §2º, do Estatuto da Pessoa Idosa: “Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.”

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 12 do Estatuto da Pessoa Idosa: “A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.”



**QUESTÃO 92. A luz do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Le Federal n° 8.069/1990), assinale a opção correta.**

- a) **Apenas os pais ou seus substitutos legais estão autorizados a usar castigo físico para disciplinar crianças e adolescentes, desde que proporcional, no intuito de educá-los.**
- b) **É revogável a qualquer tempo a adoção de criança e adolescente que se mostre posteriormente prejudicial ao adotado.**
- c) **Uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é a municipalização.**
- d) **É prevista a criação dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, não existindo previsão de mesma entidade em nível municipal.**
- e) **Não há remuneração prevista para os membros do conselho tutelar de cada município, os quais são eleitos de forma direta pela população, exigindo-se deles apenas idade mínima e terceiro grau completo de instrução.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a ninguém é autorizado usar de castigo físico para disciplinar crianças e adolescentes. Segundo o art. 18-A do ECA: “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.” Ademais, nos termos do art. 13: “Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”

A alternativa B está incorreta, uma vez que a adoção é medida irrevogável. Assim dispõe o art. 39, §1º, do ECA: “A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.”

A alternativa C está correta. É o que determina o art. 88, I, do ECA: “São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento;”

A alternativa D está incorreta, pois também o art. 88, II, do ECA prevê: “São diretrizes da política de atendimento: (...) II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;”

A alternativa E está incorreta, pois contraria o disposto no art. 134 do ECA: “Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a:”

**QUESTÃO 93. À luz do que estabelece o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n° 8.078/1990), assinale a opção correta.**

- a) **Entes despersonalizados não podem ser considerados fornecedores.**



**b) A preservação do mínimo existencial na repactuação de dívidas e concessão de crédito é um direito básico do consumidor.**

**c) O fornecedor lojista tem o direito de recusar a venda de seu produto a qualquer pessoa que adentre o seu estabelecimento, ainda que mediante oferta de pronto pagamento.**

**d) São produtos apenas os bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis; os bens imateriais não podem ser considerados produtos.**

**e) Serviço e produto defeituosos, geradores do fato do serviço ou do produto, são aqueles que não funcionam, a exemplo de um aparelho de televisão que não liga.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O art. 3º do CDC estabelece que Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

A alternativa B está correta. A Lei 14.181 de 2022 acresceu este inciso ao art. 6º do CDC, que trata dos direitos básicos do consumidor. Assim consta: “São direitos básicos do consumidor: (...)XII - a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito;”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de conduta abusiva prevista no art, 39, IX, do CDC: “É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...) IX - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais;”

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 3º, §1º, do CDC, Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

A alternativa E está incorreta. O fato do produto está relacionado a um acidente de consumo, nos termos do arts 12, §1º, e 14, §1º, do CDC. Vejamos: “O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação. (...)O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi fornecido.”

**QUESTÃO 94. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) acerca do meio ambiente e do direito ambiental, assinale a opção correta.**

**a) Exige-se da instalação de qualquer obra, e não apenas das potencialmente lesivas ao meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, o qual, via de regra, será sigiloso.**

**b) A legitimidade para mover ação popular para anulação de ato lesivo ao meio ambiente é exclusiva da União, de estado ou município.**

**c) A defesa do meio ambiente é um dos princípios constitucionais da ordem social, mas não da ordem econômica do país.**

**d) Não haverá diferenciação de regime fiscal em relação a biocombustíveis destinados ao consumo final e combustíveis fósseis.**



**e) O imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social poderá ser desapropriado pela União por interesse social, sendo a preservação do meio ambiente um dos requisitos do cumprimento da função social.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Dispõe o art. 225, §1º, IV, CF/88: “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”

A alternativa B está incorreta. Apenas o cidadão é legitimado para a ação popular, segundo art. 5º, LXXIII, CF/88: “LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;” Ademais, o art. 1º da Lei 4.717/65: “Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.”

A alternativa C está incorreta. Determina o art. 170, VI, CF/88: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...)VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;”

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 225, §1º, VIII, CF/88: “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição.”

A alternativa E está correta. É o que determinam os arts. 184 e 186 da CF/88: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (...) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: (...) II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;”

**QUESTÃO 95. Com base no que estabelece o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), assinale a opção correta.**

**a) À União, aos estados e aos municípios compete concorrentemente legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.**



**b) Entende-se por direito de preempção a possibilidade de o município alugar compulsoriamente qualquer imóvel em seu perímetro.**

**c) O solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado somente poderá sofrer parcelamento, edificação ou utilização compulsória mediante determinação judicial.**

**d) Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.**

**e) Considere-se que Marta, pessoa sem instrução e proprietária de pequena chácara no interior do estado de São Paulo, se muda para a pequena casa de sua vizinha Iris após o falecimento desta, sabendo que ela não tem nenhum parente vivo, nem mesmo longínquo. Considere-se, ainda, que Marta lá reside por 20 anos consecutivos com sua família, sem que jamais alguém apareça para reclamar o imóvel. Nessa situação hipotética, Marta tem direito de propriedade sobre a casa que havia sido de Iris, por meio do reconhecimento da usucapião especial de imóvel urbano.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. Porém, ressaltamos que a alternativa está incompleta, o que torna a **questão passível de recurso para anulação**.

A alternativa A está incorreta. Na forma do art. 24, I, CF/88: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;”. Ademais, sempre é bom lembrar que os municípios não possuem legitimidade concorrente.

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 25 do Estatuto da Cidade: “O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.”

A alternativa C está incorreta. Estabelece o art. 5º do Estatuto da Cidade: “Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.”

A alternativa D está correta. Determina o art. 7º, §2º, do Estatuto da Cidade: “Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos. (...) Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no art. 8º.” Porém, saliente-se que a alternativa nem mesmo cita de qual alíquota está a tratar, exigindo que o candidato deduza que fala sobre o IPTU progressivo no tempo, estando, portanto, incompleta. Por isso, temos que essa questão é passível de anulação pela banca.

A alternativa E está incorreta. O caso expressamente indica que Marta já é proprietária de uma pequena chácara, o que veda a usucapião especial de imóvel urbano do Estatuto da Cidade, nos termos do seu art. 9º: “Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.”

**QUESTÃO 96. Assinale a opção correta a respeito da ação civil pública, conforme estabelecido na Lei Federal nº 7.347/1985.**

**a) Havendo condenação em dinheiro, a indenização reverterá para um fundo que, gerido por conselho municipal, será destinado às necessidades do local do dano que tenham relação com o objeto da ação.**



- b) Os municípios têm legitimidade para propor tanto a ação civil pública principal quanto a ação cautelar.**
- c) Não há previsão na lei para medida liminar em ação civil pública.**
- d) A sentença civil prolatada no bojo de ação civil pública faz coisa julgada erga omnes em todo o território brasileiro.**
- e) Na hipótese de alguma associação legitimada abandonar a ação civil pública, apenas o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa da ação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois os recursos serão destinados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei de Ação Civil Pública: “Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.”

A alternativa B está correta. Segundo o art. 5º, III, LACP: “Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (...) III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;”

A alternativa C está incorreta, uma vez que o cabimento de pedido liminar está expresso no art. 12 da LACP: “Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.”

A alternativa D está incorreta. Dispõe o art. 16 da LACP: “A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.” Assim, no caso de improcedência do pedido por insuficiência de provas, não haverá efeitos erga omnes, o que torna a alternativa incompleta e incorreta. Vale ressaltar que o STF declarou esse dispositivo inconstitucional no que tange à limitação territorial da sentença, e estabeleceu em sede de repercussão geral: “I - É inconstitucional o art. 16 da Lei nº 7.347/85, alterada pela Lei nº 9.494/97. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei nº 8.078/90 (CDC). III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.” (STF. Plenário. RE 1101937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021)

A alternativa E está incorreta, conforme art. 5º, §3º, da LACP: “Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.”

**QUESTÃO 97. Com relação à ação popular, assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.717/1965.**

- a) A justiça estadual será competente para julgar a ação popular que disser respeito a ato lesivo ao patrimônio público de interesse tanto da União quanto do estado ou município.**
- b) Fica ao arbítrio de cada juízo intimar ou não o Ministério Público quando do ajuizamento de uma ação popular.**
- c) O prazo prescricional da ação popular é de dez anos.**
- d) O cidadão que ajuíza ação popular não é isento de custas e preparo, devendo pagá-los apenas ao final.**
- e) Quando o ato lesivo objeto da ação popular disser respeito a fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido com menos de 50% do patrimônio ou da receita anual, a indenização**



**devida pela invalidez dos atos lesivos será a mesma, sendo revertidos aos particulares os valores que ultrapassarem a contribuição dos cofres públicos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, seguindo estritamente a letra da lei. Todavia, ressaltamos que essa questão é **passível de recurso para anulação**, por não haver resposta correta, pois o artigo descrito na alternativa D pela banca não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, como veremos abaixo.

A alternativa A está incorreta, conforme o art. 5º da Lei 4.717/65: “Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.” Complementa o seu §2º: “Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoas ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Estado, se houver.” Assim, caso o feito interesse à União, a ação deverá ser proposta na Justiça Federal, segundo a regra do art. 109, I, CF/88.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 6º, §4º, da Lei 4.717/65: “O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.”

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 21 da Lei 4.717/65: “A ação prevista nesta lei prescreve em 5 (cinco) anos.”

A alternativa D está incorreta, na forma do art. 10 da Lei 4.717/65: “As partes só pagarão custas e preparo a final.” Contudo, acreditamos que essa questão deve ser anulada, pois esse artigo não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, uma vez que seu artigo 5º, LXXIII, dispõe: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;”

A alternativa E está incorreta, por contrariar o art. 1º da Lei 4.717/65: “Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.”

**QUESTÃO 98. Considerando o disposto na Lei do Parcelamento do Solo Urbano, assinale a opção correta.**

- a) É permitido que parcela de loteamento ainda não registrado seja objeto de contrato de promessa de compra e venda, mas não de contrato de compra e venda enquanto não ultimado o registro.**
- b) Considera-se lote o terreno nas dimensões que atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe, independentemente da existência ou não de infraestrutura.**
- c) A princípio, não é vedado o parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica.**
- d) O Projeto de loteamento e desmembramento de solo urbano deverá ser aprovado por prefeitura municipal ou, quando for o caso, pelo Distrito Federal.**



**e) A área loteada situada em mais de uma circunscrição imobiliária poderá ser registrada primeiramente em qualquer uma das circunscrições.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, com base em disposição expressa do art. 37 da Lei 6.766/79: “É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado.”

A alternativa B está incorreta, segundo art. 2º, §4º, da Lei 6.766/79: “Considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 3º, parágrafo único, V, da Lei 6.766/79: “Não será permitido o parcelamento do solo: (...) V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.”

A alternativa D está correta, nos termos do art. 12 da Lei do Parcelamento do Solo Urbano: “O projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os arts. 6º e 7º desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguinte.”

A alternativa E está incorreta, na forma do art. 21 da Lei 6.766/79: “Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro será requerido primeiramente perante aquela em que estiver localizada a maior parte da área loteada. Procedido o registro nessa circunscrição, o interessado requererá, sucessivamente, o registro do loteamento em cada uma das demais, comprovando perante cada qual o registro efetuado na anterior, até que o loteamento seja registrado em todas. Denegado registro em qualquer das circunscrições, essa decisão será comunicada, pelo Oficial do Registro de Imóveis, às demais para efeito de cancelamento dos registros feitos, salvo se ocorrer a hipótese prevista no § 4º deste artigo.”

**QUESTÃO 99. Assinale a opção correta à luz do disposto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).**

**a) Por coeficiente básico entende-se a área edificável, cálculo que é feito levando-se em consideração fatores como o adensamento populacional, a geração de tráfego, a demanda por transporte público e a paisagem urbana natural e cultural.**

**b) Todos os empreendimentos em área urbana dependem da elaboração de estudo prévio de impacto na vizinhança para a obtenção de licença de construção.**

**c) O direito de construir, previsto em plano diretor, é intransferível para outro local que não o já autorizado por lei.**

**d) Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções coordenadas conjuntamente pelo poder público municipal e pelos investidores privados, com ampla participação da comunidade, com vistas a alcançar transformações urbanísticas estruturais em determinada área.**

**e) O direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente básico até o limite do coeficiente máximo, ambos definidos pelo plano diretor, mediante contrapartida do beneficiário.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O Coeficiente de Aproveitamento Básico é o índice que mede a quantidade de edificação que poderá ser construída naquela superfície edificável do terreno – relação entre a área edificável e a área do terreno, segundo o art. 28 do Estatuto da Cidade.



A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 36 do Estatuto da Cidade: “Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.”

A alternativa C está incorreta, segundo o art. 35 do Estatuto da Cidade: “Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:”

A alternativa D está incorreta, com base no art. 32, §1º, do Estatuto da Cidade: “Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.”

A alternativa E está correta, consoante o art. 28 do Estatuto da Cidade: “O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.”

**QUESTÃO 100. Com base na Medida Provisória nº 2.220/2001, que trata da concessão de uso especial para fins de moradia, assinale a opção correta.**

**a) Aquele que, até 22/12/2016, possuiu como seu, por 10 anos, ininterruptamente e sem oposição, até 500 m<sup>2</sup> de imóvel público urbano e que o utilize para sua moradia ou de sua família tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse.**

**b) A concessão de uso especial para fins de moradia é concedida mediante contrapartida do beneficiário.**

**c) O beneficiário pode receber a concessão de uso especial para fins de moradia novamente, em relação a um segundo imóvel, caso comprove que o primeiro se tornou inservível por deterioração após a concessão.**

**d) O herdeiro legítimo que já reside no imóvel quando da abertura da sucessão pode continuar, de pleno direito, na posse do imóvel.**

**e) O título de concessão de uso especial para fins de moradia é obtido apenas pela via judicial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 1º da MP 2.220/16 afirma: “Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que o art. 1º, §1º, da MP 2.220/16 determina: “A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.”

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 1º, §2º, da MP 2.220/16: “O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.”



A alternativa D está correta, conforme art. 1º, §3º, da MP 2.220/16: “Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.”

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 6º da MP 2.220/16: “O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.”



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

